



Cooperativa Pioneira de Eletrificação

CNPJ: 83.646.653/0001-70

Inscrição Estadual: 250.228.076

www.coopera.com.br

Av. 25 de Julho, 2736 – Centro CEP: 88850-000

Forquilha – SC

RELATÓRIO ANUAL 2010

Dezembro de 2010

INDICE

Relatório da Administração	03
Demonstrações Contábeis	21
Balanço Social	27
Notas Explicativas	28
Parecer do Conselho Fiscal	53
Parecer do Auditor Independente	54
Edital de Convocação	56
Ata da Assembléia Geral Ordinária de 11/03/2011	58

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2010, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, os quais consideramos importante para divulgar o desempenho social e ambiental da Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA para a sociedade, parceiros, associados e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA atua no segmento de distribuição e comercialização de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 51 anos de existência.

Em 2010, o bom desempenho da economia estadual teve um reflexo positivo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com um incremento de 23,98% com relação a 2009. O consumo da classe residencial também foi representativo, atingindo o patamar de 11,26% de crescimento em relação ao ano de 2009. Somada, a demanda dos dois setores representa 82,33% de toda a energia comercializada pela permissionária em 2010 (81,25% em 2009).

Os investimentos realizados totalizaram R\$ 7 milhões que foram aplicados no atendimento ao crescimento de mercado e na melhoria da confiabilidade operacional do sistema elétrico, envolvendo também, aquisição de veículos e de desenvolvimento do quadro profissional.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela permissionária para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio do Certificado de Qualidade ISO 9001:2008, conquistado pela Cooperativa no ano de 2010.

A certificação atesta o empenho da permissionária em assegurar os mais altos padrões de qualidade ao seu processo de gerenciamento dos serviços executados.

O comprometimento social pode ser avaliado pelas atividades apresentadas no balanço social, que demonstra o caráter de empresa cidadã com envolvimento nas principais atividades desenvolvidas nos municípios de sua área de concessão.

Distribuição e Comercialização de Energia

A permissionária distribuiu energia elétrica nos 03 municípios de sua área de atuação, atendendo 19.010 consumidores.

- **Ligação de consumidores** – foram realizadas, no ano, 782 novas ligações com destaque 670 residenciais, 67 comerciais, 24 rurais, 14 industriais, 06 poderes públicos e 01 serviço público, totalizando 19.010 consumidores atendidos pela permissionária, número 24,72% superior ao de 2009.
- **Comportamento do mercado** – Durante o período de janeiro a dezembro de 2010 a permissionária adquiriu da concessionária do Estado, CELESC, um total de 188.331 mil MWh e distribuiu 171.716 mil MWh com um percentual de perda de 8,82% ou seja, 16.614 mil MWh.

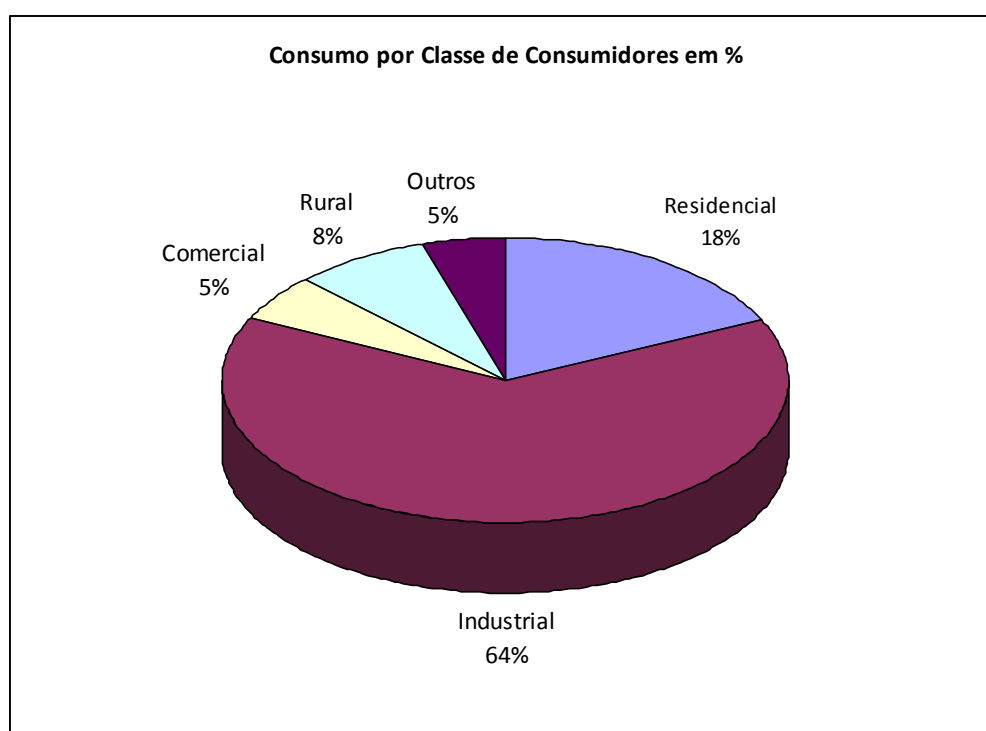
Balanzo Energético em MWh		
	2010	2009
Total da energia elétrica adquirida	188.331	164.068
Total da energia elétrica distribuída	171.716	143.860
Perdas	16.614	20.207
Percentual de perdas	8,82%	12,32%

- **Distribuição direta por classe de consumo** – O consumo de energia elétrica na área de atuação da permissionária no ano 2010 foi de 171.716 mil MWh (megawatts-hora), tendo apresentado crescimento de 19,36% em relação a 2009.

Na classe industrial houve aumento de 23,98% em relação ao ano de 2009. A classe residencial apresentou evolução de 11,26%. A classe rural também apresentou número significativo de aumento, com 9,78% e a classe comercial apresentou aumento de 5,90%.

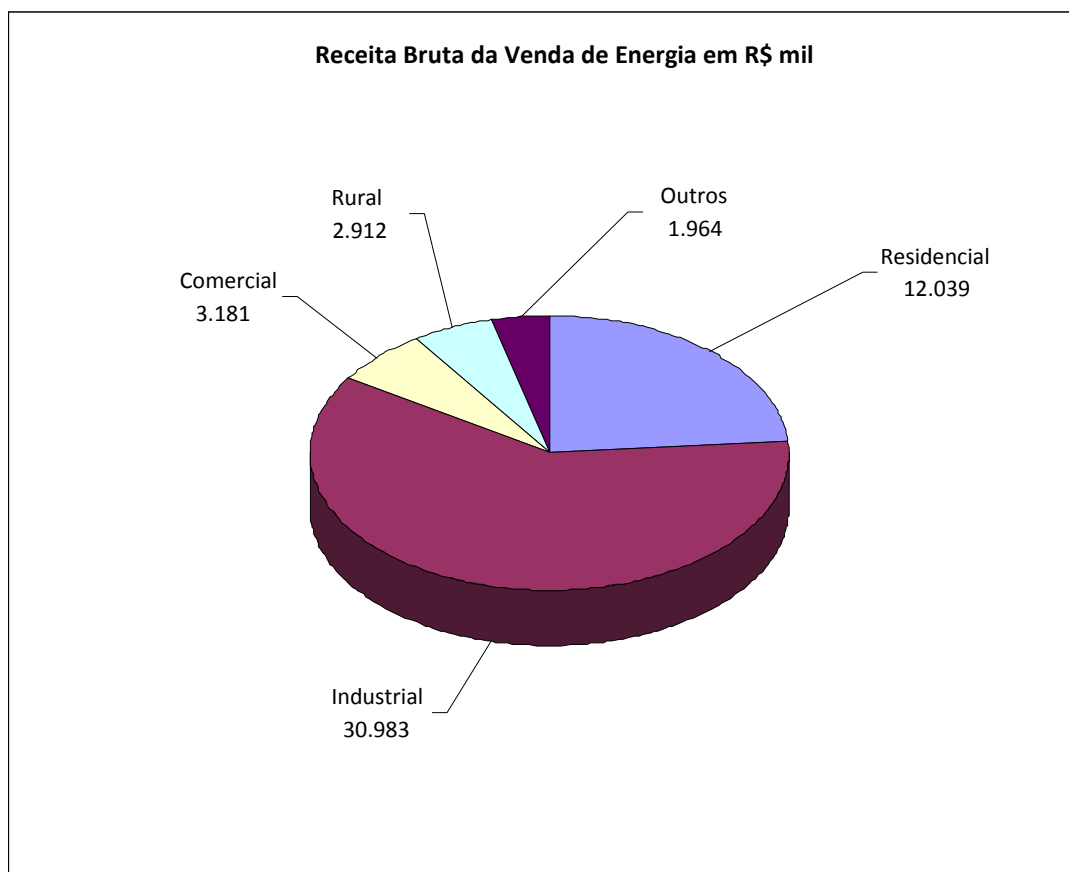
A seguir são apresentados resultados sobre o consumo em MWh e sua variação no período:

Consumo por Classe de Consumidores - Em MWh					
Classe	2010		2009		%
Residencial	18%	30.867	19%	27.741	11,27
Industrial	64%	110.516	62%	89.139	23,98
Comercial	5%	8.633	6%	8.151	5,91
Rural	8%	13.679	9%	12.459	9,79
Outros	5%	8.021	4%	6.367	25,98
Total	100%	171.716	100%	143.857	19,37



Receita - A receita bruta decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício importou em R\$ 51 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita Bruta da Venda de Energia em R\$ mil					
Classe	2010		2009		%
Residencial	24%	12.039	23%	9.688	24,27
Industrial	61%	30.983	60%	25.094	23,47
Comercial	6%	3.181	7%	3.021	5,31
Rural	6%	2.912	6%	2.711	7,39
Outros	4%	1.964	4%	1.568	25,24
Total	100%	51.079	100%	42.083	21,38



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2010 apresentou um crescimento de 2,72% sobre o mesmo mês do ano anterior. Como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	dez/10	dez/09	%
Residencial	14.017	13.548	3,46
Industrial	221	222	-0,45
Comercial	1.034	994	4,02
Rural	3.025	3.021	0,13
Outros	245	266	-7,89
Total	18.542	18.051	2,72

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2010, atingiu R\$ 224,48/MWh, com redução de -1,11% com relação a dezembro de 2009.

Em 28 de setembro de 2010, as tarifas de suprimento aplicadas pela concessionária CELESC aos contratos de compra e venda de energia elétrica e de uso do sistema de distribuição celebrados com a COOPERA, foram reajustadas através da Resolução Homologatória nº. 1.064, de 14 de setembro de 2010, o que resultou em um acréscimo de 13,6% sobre as mesmas.

Tarifas Médias de Fornecimento em R\$/MWh		
Classe	Exercício	
	2010	2009
Residencial	291,22	292,36
Industrial	210,26	211,14
Comercial	276,40	277,95
Rural	176,08	180,51
Poderes Públicos	281,16	286,46
Iluminação Pública	157,80	161,24
Serviços Públicos	237,88	244,90
Consumo Próprio	281,20	283,83
Média Geral	224,48	226,99

Composição da Tarifa	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	P. Público	Outros
Impostos	58,53	70,09	92,13	36,78	72,65	210,84
ICMS	58,53	70,09	92,13	36,78	72,65	210,84
Encargos Setoriais	17,45	17,45	17,45	17,45	17,45	52,35
RGR	3,41	3,41	3,41	3,41	3,41	10,22
CDE	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	19,50
CCC	5,39	5,39	5,39	5,39	5,39	16,18
P&D	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75	2,26
PEE	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75	2,26
Ex-Isolados	0,64	0,64	0,64	0,64	0,64	1,93
Custos/despesas	128,54	128,54	128,54	128,54	128,54	385,61
Energia Comprada	68,95	68,95	68,95	68,95	68,95	206,85
Despesas com pessoal	30,57	30,57	30,57	30,57	30,57	91,70
Outras despesas operacionais	29,02	29,02	29,02	29,02	29,02	87,06
Tarifa Bruta da concessionária (*)	204,52	216,07	238,11	182,76	218,64	648,80

(*) Representa a equivalência em relação a tarifa, que gera recursos para suprir as demais despesas operacionais (pessoal, depreciação, serviços etc.), além dos imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Qualidade do Fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A partir do segundo ano da assinatura do contrato de permissão (Segunda Etapa), a distribuidora de energia elétrica deve apurar os indicadores de continuidade e encaminhá-los mensalmente para a ANEEL. A Segunda Etapa do contrato de permissão da COOPERA se iniciou no ano de 2010, e com base nesses dados apurados mensalmente, segue dados obtidos nesse período:

INDICADORES DE CONTINUIDADE - ANO 2010			
CONJUNTO COOPERA	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (Horas)
	6,4	12,6	1,53

Atendimento ao Consumidor

A cooperativa coloca a disposição do consumidor e associado, serviço de atendimento, instalado na sua sede social, sito a Av. 25 de Julho, 2736, Centro – Forquilha – SC., e na Rua José Salvador, nº 6, 4ª Linha – Criciúma – SC.

Os mesmo serviços estão disponíveis também por telefone, com ligações pelo sistema DDG (Discagem Direta Gratuita) por meio do 0800-725-7725.

Também estão disponíveis através de home-page www.coopera.com.br todas as informações de cadastro e consumo, bem como solicitação de serviços não emergenciais.

Tecnologia da Informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a concessionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infra-estrutura).

Em 2010, os principais projetos na área de Tecnologia da Informação foram:

- Substituição de 12 computadores;

- Aquisição de 05 licenças de uso Microsoft Office e 06 licenças de uso Microsoft Windows XP ambas para legalização de máquinas que não possuíam a licença bem como para as máquinas novas compradas devido a ampliação de setores;
- Aquisição de um servidor da marca DELL Computadores para substituição do servidor antigo utilizado pelo posto de atendimento da 4ª linha para o acesso remoto aos sistemas;
- Substituição dos palm tops utilizados na leitura por 05 coletores de dados da marca Pison Teklogix;
- Aquisição do software FilaH para controle e gerenciamento das filas do atendimento na matriz e na filial 4ª linha. O mesmo registra as quantidades e tempos de atendimentos das mesmas que é uma exigência da ANEEL;
- Aquisição de no-break de 5 kVA juntamente com uma banca de baterias com 4 baterias de 150 Ah com autonomia aproximada de 1 hora. O mesmo garante, em conjunto com o gerador, a energia necessária para os setores vitais da COOPERA em caso de falta de energia.
- Criação de rotina diária e semanal para cópias de segurança (backup) dos dados e programas de computador utilizados na Cooperera. Além de atender os requisitos da norma ISO 9001 a criação dessa rotina juntamente com a aquisição do no-break garantem a segurança e disponibilidade das informações da COOPERA em caso de perdas ou outros.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2010, o resultado líquido foi de R\$ 14 milhões, contra R\$ 9 milhões em 2009, um crescimento de 55,56%. No ano de 2010, a permissionária recebeu a devolução de R\$ 2,9 milhões da supridora de energia CELESC, o que ocasionou reflexos significativos no resultado líquido. O mesmo ocorreu em virtude do equívoco da não aplicação das tarifas publicadas no Despacho 4079 de 04/114/2008, fato este só percebido pela permissionária e supridora no ano de 2010.

A receita operacional líquida atingiu R\$ 37 milhões, enquanto em 2009 situou-se em R\$ 30 milhões. As despesas operacionais totalizaram em R\$ 10 milhões, 12,85% superiores em relação a 2009. O Patrimônio Líquido do exercício foi de R\$ 57 milhões contra R\$ 43 em 2009, apresentando um crescimento de 32,71%.

Investimentos

Em 2010, os investimentos da permissionária importaram em R\$ 7 milhões.

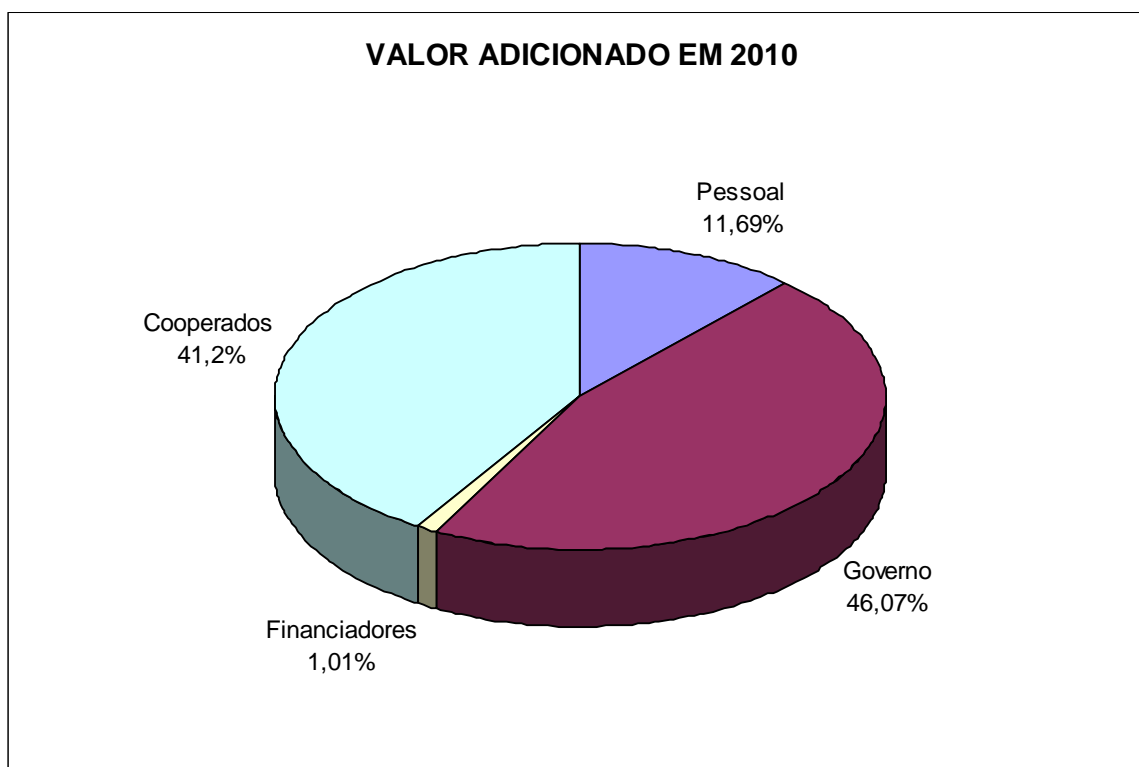
Investimentos – em R\$ mil		
	2010	2009
Manutenção e ampliação das redes	5.829	4.455
Equipamentos Subestação	-	605
Aquisição e/ou troca de veículos	954	467
Máquinas, Equipamentos e Móveis e Utensílios	220	63
	7.002	5.590

Foram realizadas todas as atividades planejadas, ampliando a capacidade de vários alimentadores para maior disponibilidade de fornecimento, visando principalmente o crescimento das indústrias, loteamentos e acréscimos de cargas futuras da duplicação da BR 101 e reahecimento do mercado em geral.

Além do atendimento ao crescimento vegetativo da rede de distribuição, foram realizadas manutenções preventivas agregadas a cada obra planejada. Fez-se a verificação e troca de postes, equipamentos depreciados e avariados. As manutenções corretivas foram executadas utilizando também equipes de serviços de rede energizada (linha viva), para evitar desligamentos de energia e manter a qualidade de fornecimento.

Valor Adicionado: Em 2010, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela permissionária foi de R\$ 34 milhões, representando 68,79% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

Valor Adicionado em 2010 - em R\$ mil		
Distribuição	Valor	%
Pessoal	4.080	11,69
Governo	16.081	46,07
Financiadores	354	1,01
Cooperados	14.390	41,23
	34.905	100,00



Política de Reinvestimento e distribuição de sobras: aos associados, estatutariamente, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício, as quais foram totalmente destinadas à distribuição aos sócios.

Composição do Capital Social: Em 31 de dezembro de 2010 o capital social da permissionária era de R\$ 5,1 milhões, composto por 5,1 milhões cotas representadas por 19.316 sócios.

Gestão

Recursos Humanos: Em 2010 a permissionária investiu R\$ 101 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. Realizou 15 treinamentos nas diversas áreas de modo a manter a permissionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial e oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

Citamos os treinamentos realizados:

- Auditoria Interna
- Atendimento ao Público
- Reciclagem NR10

- Operador de Subestação
- Capacitação Eletricista
- Direção Preventiva
- Primeiros Socorros
- Prevenção de Incêndio
- Reciclagem Operador Manutenção Subestação
- Operador de Moto Serra
- Cooperativismo
- Operador de Guindaste
- Liderança
- Desenvolvendo habilidades
- Manutenção ao contato em redes de distribuição de 13.8kv rede energizada (linha viva).

Aconteceu a 7ª SIPAT (semana interna de prevenção de acidentes no trabalho), abordando temas, como drogas, álcool, vírus HIV, motivação no trabalho.

Responsabilidade Social: Cada vez mais, a permissionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no Balanço Social da permissionária.

Plano de Metas – 2011

Investimentos em Responsabilidade Social

Projeto	Custo Estimado em R\$ mil
COOPER JOVEM	5
Concurso Cartão de Natal	10
Brincadeira em Madeira	36
Coopera em placas	26
Mulheres Cooperativistas	15
Coopera em Ação	20
Recicle e Brinque	1
Iluminando suas Ideias	2
Coopera em Comunidade	10
Água em Romaria	1
Queimadas Descartadas	2
Progredir	1
Manual de Integração	13
Total	141

Investimentos em Redes de Distribuição

Descrição	Extensão Km	Custo estimado em R\$ mil
SE FLA - Santa Líbera – Mecril	3,3	191
Santa Cruz - Santa Líbera (Vila Feltrin)	3,9	188
Morro Albino - Rodovia Luiz Rosso	2,4	137
Linha Marangoni - São Bento Alto	13,5	652
Araçá	7,6	367
São Francisco - Vila Maria (Lado Esquerdo)	4,3	207
Santa Terezinha	6	291
Sanga do Café - Santa Terezinha	5,8	279
Santa Terezinha - Barra da Sanga	11,1	537
Sanga do Engenho	18	869
Linha Reta	5,4	261
Alimentador Morro Albino - Bairro Dagostin (Rota Imigrante)	3	173
São Francisco - Rio Morto	4,8	233
TOTAL DE INVESTIMENTO	89,1	4.386

Investimentos em Tecnologia da Informação – TI

Melhoria e ampliação dos equipamentos e sistemas.

Investimentos em Capacitação Profissional

TREINAMENTO/CURSO	Custo Estimado Em R\$
ISO 9001:2008	3.600,00
Curso normas da Fecoerusc	5.040,00
Curso de montagem e manutenção em rede compacta	4.600,00
Curso de capacitação de eletricitas	15.000,00
Curso de operação de ferramentas de rede de distribuição	3.000,00
Resolução 414/2010	1.600,00
Cursos de Oratória em Público	2.800,00
Relações interpessoais (chefias)	800,00
Palestras Combate as drogas	500,00
Técnicas de Planejamento Estratégico	1.000,00
Atendimento aos associados	400,00
Curso conselheiro Fiscais	600,00
Operação configuração de Reguladores Toshiba	2.800,00
Curso Operação Cesto aéreo para distribuição	2.000,00
Elaboração e manutenção de projetos elétricos	800,00
Uso de GPS para sistema Georeferenciado de rede elétrica	2.800,00
Técnicas de Cobrança	500,00
Prodist	1.100,00
Análise indicadores contábeis	300,00
Normas internacionais contabilidade	300,00
Preparação Tarifaria ANEEL	300,00
Legislação Trabalhista	400,00
Sistema homolognet normas procedimentos ministério trabalho	300,00
Encerramento balanço	200,00
DPJ e tributos fiscais	200,00
Gestão Cooperativas Permissionárias	800,00
Laudos técnicos PPRA LTCT PCMSO PPP	300,00
Enconsel	3.500,00
Speed fiscal contábil	500,00
	56.040,00

PERMISSIONÁRIA EM NÚMEROS

Atendimento	2010	2009	%
Número de consumidores	19.010	18.404	3,29
Número de empregados	90	88	2,27
Número de consumidores por empregado	211	209	1,00
Número de localidades atendidas (municípios)	3	3	0,00

Mercado	2010	2009	%
Área de concessão (Km2)	449	449	0,00
Demanda máxima (MW)	38.546	32.825	17,43
Distribuição direta (GWh)	171.716	143.860	19,36
Consumo residencial médio (KWh/ano)	2.572,20	2.311,75	11,27
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	224,48	226,99	-1,11
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	291,22	292,36	-0,39
Industrial	210,26	211,14	-0,42
Comercial	276,40	277,95	-0,56
Rural	176,08	180,51	-2,45
Poder Público	281,16	286,46	-1,85
Serviços Públicos	237,88	244,90	-2,87
Iluminação Pública	157,80	161,24	-2,13
Suprimento	68,95	79,57	-13,35
DEC (horas) Conjunto	6,4	0,00	0,00
FEC (número de interrupções) Conjunto	12,6	0,00	0,00

Operacionais	2010	2009	%
Número de subestações	1	1	0,00
Linhas de distribuição (Km)	1.496,41	1.328,40	12,65
Capacidade instalada (MVA)	97,7	93,3	4,72

Financeiros	2010	2009	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	52.406	42.361	23,71
Receita operacional líquida (R\$ mil)	37.074	30.372	22,07
Margem operacional do serviço líquida (%)	38,81%	30,46%	27,43
Lucro líquido (R\$ mil)	14.480	9.251	56,52
Patrimônio líquido (R\$ mil)	57.959	43.673	32,71
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	24,83%	21,18%	17,21
Endividamento do patrimônio líquido (%)	24,06%	19,55%	23,08
Em moeda nacional (%)	100%	100%	

Performance	2010	2009	%
Custo médio dos funcionários (R\$)	4.565,15	3.919,76	16,46
Energia comprada por funcionário (MWh)	2.092,57	1.779,47	17,60
Energia comprada por consumidor (MWh)	9,91	8,51	16,43
Retorno de ativos por unidade:	0,60	0,64	-6,75

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da permissionária.

Forquilha, 31 de dezembro de 2010.

A Administração

COMPOSIÇÃO DO GRUPO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO

Conselho de Administração

CARLOS ALBERTO ARNS – Presidente
EDILSON MEDEIROS – Vice Presidente
WALMIR JOÃO RAMPINELLI – 1º Secretário
VALBERTO BERKEMBROCK – 2º Secretário
VILSON RONCONI – 1º Conselheiro
AMÉLIO ROSSO – 2º Conselheiro
CLÊNIO JOSÉ RICKEN – 3º Conselheiro
VALDIR POSSAMAI – 1º Conselheiro Suplente
MIGUEL MINATTO – 2º Conselheiro Suplente
VALTER SAVI – 3º Conselheiro Suplente

Conselho Fiscal

DEREAL PAULO DA ROSA – Membro Titular
ANTONIO MAZZUCO – Membro Titular
GILMAR MEDEIROS CAMPOS – Membro Titular
VALDEZ ROBERTO VITALI – Membro Suplente
ROBERTO EYNG – Membro Suplente
WALDEMAR ROSSO – Membro Suplente

Delegados junto a FECOERUSC

ROGÉRIO LUIZ DAGOSTIM
LUIZ ANTÔNIO RIBEIRO BÚSSOLO

Delegados junto a CCCL

EDGAR PREIS
GERMANO PAVEI CIRIMBELLI

PARTICIPAÇÕES

Direção Geral e Produção

Estela Maria Wesler Martinhago – Contadora

Supervisão

Rogério Braz Feller – Gerente Administrativo

Auditoria

Audiconsult Auditores S/S

Roteiro Editorial e Conteúdo

Lei nº 5.764/1971

Pronunciamentos técnicos – IBRACON

Estatuto Social da COOPERA

Agradecimentos

Conselho de Administração e Fiscal

Departamento Técnico e Engenharia

Departamento de Contabilidade

Departamento Financeiro

Departamento de Recursos Humanos

Departamento de TI

Departamento Comercial

Departamento de Responsabilidade Social

Fábio Silvano – Setor de Regulamentação

Jefferson Diogo Spacek – Engenheiro Eletricista

Funcionários da COOPERA em geral

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro
I - Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

ATIVO	Legislação Societária e Regulatória		
	NE	2010	2009
<u>Circulante</u>		29.105	20.106
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	18.472	10.795
Consumidores	7	8.476	8.222
Devedores Diversos	8	112	109
Depósitos Judiciais	9	2.344	1.281
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10	(1.319)	(991)
Serviços em Curso	11	194	3
Impostos e Contribuições sociais	12	636	509
Estoques	13	48	32
Outros Créditos	8	142	146
<u>Não Circulante</u>		42.798	32.103
<u>Realizável a Longo Prazo</u>		<u>3.156</u>	<u>2.051</u>
Consumidores	7	1.186	0
Impostos e Contribuições sociais	12	858	750
Outros Créditos	8	1.111	1.301
Investimento	14	714	657
Imobilizado	15	38.857	29.325
Intangível	16	72	71
TOTAL DO ATIVO		71.903	52.210
PASSIVO	NE	2010	2009
<u>Circulante</u>		8.071	6.175
Fornecedores	17	4.755	3.159
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	18	632	812
Empréstimos e Financiamentos	19	575	628
Impostos e Contribuições sociais	12	1.115	961
Encargos do Consumidor a recolher	20	438	206
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	21	320	122
Outras Contas a Pagar	22	236	287
<u>Não Circulante</u>		5.873	2.361
Empréstimos e Financiamentos	19	818	1.418
Impostos e Contribuições sociais	12	1.246	0
Provisões para Contingências	23	3.804	933
Outras Contas a Pagar	22	5	10
<u>Patrimônio Líquido</u>		57.959	43.673
<u>Capital Social</u>	25	<u>5.130</u>	<u>4.635</u>
<u>Reserva de Reavaliação e Ajuste Patrimonial</u>		<u>4.938</u>	<u>2.518</u>
<u>Reservas de Sobras</u>		<u>43.616</u>	<u>34.011</u>
<u>Reservas Estatutárias</u>		<u>43.616</u>	<u>34.011</u>
Reserva Legal		16.330	14.905
RATES		3.223	2.372
Reserva de Manut. Ampliação e Melhoria		24.063	16.733
<u>Sobras ou Perdas a Disposição da AG</u>	25	<u>4.276</u>	<u>2.509</u>
Sobras a Disposição da AG		4.276	2.509
TOTAL DO PASSIVO		71.903	52.210

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro
II - Demonstração do Resultado do Exercício

(Valores em Milhares de Reais)

	Legislação Societária e Regulatória		
	NE	2010	2009
<u>Receita Operacional</u>	26	<u>51.406</u>	<u>42.361</u>
Fornecimento de Energia Elétrica		51.079	42.083
Outros Ingressos Operacionais		327	279
<u>(-) Deduções da Receita Operacional</u>	26	<u>14.332</u>	<u>11.989</u>
Impostos e Contribuições Sobre a Receita		11.336	9.474
Encargos Setoriais		2.996	2.515
<u>(=) Receita Operacional Líquida</u>	26	<u>37.075</u>	<u>30.372</u>
<u>(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica</u>		<u>17.142</u>	<u>18.742</u>
Energia Elétrica Comprada para Revenda		10.551	13.069
Custo de Operação	27	6.591	5.673
<u>(=) Resultado Operacional Bruto</u>		<u>19.933</u>	<u>11.631</u>
<u>(-) Despesas Operacionais</u>		<u>6.512</u>	<u>3.245</u>
Despesas com vendas	27	423	125
Despesas Gerais e Administrativas	27	2.960	2.747
Outras Despesas Operacionais		3.129	373
<u>(=) Resultado do Serviço</u>		<u>13.421</u>	<u>8.386</u>
<u>(+) Resultado Financeiro</u>	29	<u>1.662</u>	<u>975</u>
Receitas Financeiras		2.016	1.615
Despesas Financeiras		(354)	(640)
<u>(=) Resultado operacional</u>		<u>15.083</u>	<u>9.361</u>
<u>(+) Receitas Operações Descontinuadas</u>	30	<u>455</u>	<u>1.446</u>
<u>(-) Despesas Operações Descontinuadas</u>	30	<u>(697)</u>	<u>(1.300)</u>
<u>(=) Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL</u>		<u>14.841</u>	<u>9.506</u>
<u>(-) IRPJ</u>	31	<u>325</u>	<u>181</u>
<u>(-) CSLL</u>	31	<u>126</u>	<u>74</u>
<u>(=) Resultado Líquido do Exercício</u>		<u>14.390</u>	<u>9.251</u>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro
III - Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

(Valores em Milhares de Reais)

	Legislação Societária e Regulatória		
	NE	2010	2009
Resultado Líquido do Exercício	28	14.390	9.251
(+/-) Outros Resultados Abrangentes		0	0
(=) Resultado Abrangente do Exercício		14.390	9.251

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro
IV - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 (Valores em Milhares de Reais)

Mutações	Capital Social	Reserva de Reavaliação e Ajuste Patrimonial		Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais	
		Reserva de Reavaliação	Ajuste Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	RATES	Reserva de Manut., Ampl. e Melhoria			
Saldo em 31/12/2008	NE	2.241	2.518	0	13.993	1.789	12.059	2.046	34.645
Aumento de Capital:									
- Por Integralização de Quotas		15	-	-	-	-	-	-	15
- Por Incorporação de Sobras		2.390	-	-	-	-	(344)	(2.046)	0
Devolução de Capital		(11)	-	-	-	-	-	-	(11)
Destinação do Resultado - AGO		-	-	-	-	-	-	-	0
Transferência		-	-	-	-	-	-	-	0
Ajuste exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	(228)	(228)
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	9.251	9.251
Destinações Estatutárias		-	-	-	912	584	5.018	(6.514)	0
Saldo em 31/12/2009	NE	4.635	2.518	0	14.905	2.372	16.733	2.509	43.673
Aumento de Capital:									
- Por Integralização de Quotas		19	-	-	-	-	-	-	19
- Por Incorporação de Sobras		510	-	-	-	-	(510)	-	0
Devolução de Capital		(35)	-	-	-	-	-	-	(35)
Destinação do Resultado - AGO									
- Distribuição de Sobras		-	-	-	-	-	-	(2.509)	(2.509)
Ajuste Avaliação Patrimonial Ativo		-	-	2.420	-	-	-	-	2.420
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	14.390	14.390
Destinações Estatutárias		-	-	-	1.425	851	7.839	(10.115)	0
Saldo em 31/12/2010		5.130	2.518	2.420	16.330	3.223	24.063	4.276	57.959

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro
V - Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores em Milhares de Reais)

	Legislação Societária e Regulatória		
	NE	2010	2009
Atividades Operacionais			
<u>Sobra Líquida do Exercício</u>		<u>14.390</u>	<u>9.251</u>
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:		<u>5.845</u>	<u>4.717</u>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10	327	(161)
Depreciação e Amortização		1.897	1.587
Baixas do Imobilizado em Serviço		750	2.808
Provisões para Contingências	23	2.870	483
<u>Variações no Ativo</u>		<u>2.755</u>	<u>2.137</u>
Consumidores	7	1.440	(597)
Devedores Diversos	8	3	40
Depósitos Judiciais	9	1.063	61
Serviços em Curso	11	191	(60)
Impostos e Contribuições sociais	12	236	116
Estoques	13	16	(19)
Outros Créditos	8	(194)	2.597
<u>Variações no Passivo</u>		<u>3.190</u>	<u>660</u>
Fornecedores	17	1.596	169
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	18	(181)	79
Impostos e Contribuições sociais	12	1.400	813
Encargos do Consumidor a recolher	20	232	206
Outras Contas a Pagar	22	(56)	(729)
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	21	198	122
<u>Total das Atividades Operacionais</u>		<u>20.671</u>	<u>12.491</u>
Atividades de Investimento			
Participações Societárias	14	58	22
Aplicações no Imobilizado - Obras de Distribuição	15	8.349	6.270
Aplicações no Imobilizado - Instalações Gerais	15	164	125
<u>Total das Atividades de Investimento</u>		<u>8.571</u>	<u>6.417</u>
Atividades de Financiamento			
Empréstimos e Financiamentos	19	(653)	(567)
Provisão IR e CSL sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial	12	(1.246)	15
Aumentos de Capital		19	(11)
Devoluções de Capital		(35)	(228)
Distribuição de Sobras		(2.509)	0
<u>Total das Atividades de Financiamento</u>		<u>(4.424)</u>	<u>(791)</u>
Total dos Efeitos no Caixa		7.676	5.284
Saldo Inicial de Caixa	6	10.795	5.511
Saldo Final de Caixa	6	18.472	10.795
<u>Varição no Caixa</u>		<u>7.676</u>	<u>5.284</u>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Informações Complementares
Demonstração do Valor Adicionado em 31 de Dezembro

(Valores em Milhares de Reais)

	NE	Legislação Societária e Regulatória	
		2010	2009
<u>Receitas</u>		<u>50.742</u>	<u>42.382</u>
Venda de Energia e Serviços	26	51.406	42.361
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(423)	(125)
Outros Resultados Operacionais	30	(242)	145
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros		15.957	15.741
<u>Insumos Consumidos</u>		<u>15.957</u>	<u>15.741</u>
Energia Comprada para Revenda		10.551	13.069
Outros Insumos Adquiridos		3.475	585
Material e Serviços de Terceiros		1.932	2.088
(=) Valor Adicionado Bruto		34.785	26.641
(-) Quotas de Reintegração		(1.896)	(1.587)
(=) Valor Adicionado Líquido		32.889	25.053
<u>(+) Valor Adicionado Transferido</u>		<u>2.016</u>	<u>1.615</u>
Receitas Financeiras	29	2.016	1.615
(=) Valor Adicionado a Distribuir		34.905	26.668
<u>Distribuição do Valor Adicionado:</u>		<u>34.905</u>	<u>26.668</u>
<u>Pessoal</u>		<u>4.080</u>	<u>3.546</u>
Remunerações		3.212	2.756
Encargos Sociais - FGTS		348	312
Convênio Assistencial e Outros Benefícios		520	479
<u>Governo</u>		<u>16.081</u>	<u>13.230</u>
Federal		4.689	3.727
Estadual		11.386	9.499
Municipal		6	4
<u>Financiadores</u>		<u>354</u>	<u>640</u>
Outros Encargos Financeiros	29	354	640
<u>Cooperados</u>		<u>14.390</u>	<u>9.251</u>
Sobras Retidas	31	14.390	9.251
<u>Valor Adicionado (médio) por Empregado</u>		<u>397</u>	<u>303</u>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Balanço Social em 31 de Dezembro

(Valores em Milhares de Reais)

1 Base de Cálculo	2010			2009		
Receita Líquida (RL)	37.075			30.372		
Resultado Operacional (RO)	15.083			9.361		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	4.930			4.414		
2 Indicadores Sociais Internos	Valor	% S/FPB	%S/RL	Valor	% S/FPB	%S/RL
Alimentação	70	1,42%	0,19%	67	1,52%	0,22%
Encargos Sociais Compulsórios	1.400	28,40%	3,78%	1.179	26,72%	3,88%
Saúde - Convênio Assist. Médica e Farmácia	191	3,88%	0,52%	157	3,55%	0,52%
Segurança e saúde no trabalho	53	1,07%	0,14%	94	2,13%	0,31%
Educação	19	0,39%	0,05%	54	1,22%	0,18%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	122	2,47%	0,33%	97	2,20%	0,32%
Creches ou auxílio-creche	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Participação nos lucros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros (Seguros)	30	0,62%	0,08%	26	0,58%	0,08%
Total - Indicadores Laborais	1.886	38,25%	5,09%	1.674	37,92%	5,51%
3 Indicadores Sociais Externos	Valor	% S/RO	%S/RL	Valor	% S/RO	%S/RL
Tributos (excluídos encargos sociais)	12.032	79,77%	32,45%	9.848	105,21%	32,42%
Total - Indicadores Sociais	12.032	79,77%	32,45%	9.848	105,21%	32,42%
4 Indicadores do Corpo Funcional	Em Unidades			Em Unidades		
Empregados ao final do período	90			88		
Admissões durante o período	10			5		
Demissões no período	8			3		
Empregados acima de 45 anos	25			26		
Mulheres que trabalham na empresa	16			14		
Deficientes físicos	1			1		
5 Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	9,3			10,5		
Número total de acidentes de trabalho	3			3		

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores em milhares de Reais)

Nota 01 – Contexto Operacional

A Cooperativa Pioneira de Eletrificação – COOPERA é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Forquilha, estado de Santa Catarina, Brasil, e tem como principal objetivo o desenvolvimento socioeconômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados. A entidade é regida pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como atividades preponderantes a distribuição de energia elétrica e a prestação de serviços aos seus cooperados.

Nota 2 – Contratos de Concessão

O contrato de concessão/permissão de serviço de distribuição de energia elétrica, firmado entre a Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica e a ANEEL, de novembro de 2008, tem prazo de vencimento previsto para novembro de 2038.

Nota 3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal no dia 10/03/2011.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 11.638/2007 e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Resoluções CFC nº 750/1993, 920/2001, 1.013/2005 e 1.282/2010. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender a legislação específica das concessionárias de energia elétrica emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Essas demonstrações contábeis seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo de 31 de dezembro de 2009.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

Nota 4 – Alterações das Práticas Contábeis

Com o advento da Lei nº 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 27 novos pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os pronunciamentos técnicos - CPCs e as interpretações técnicas - ICPCs que serão aplicáveis para a Cooperativa, considerando-se suas operações, são:

- _ *CPC 15 – Combinação de Negócios – Correlação com a IFRS 03;*
- _ *CPC 16 – Estoques – Correlação com a IAS 02;*
- _ *CPC 18 – Investimento em Coligada e Controlada – Correlação com a IAS 28;*
- _ *CPC 20 – Custos de Empréstimos – Correlação com a IAS 23;*
- _ *CPC 21 – Demonstração Intermediária – Correlação com a IAS 34;*
- _ *CPC 22 – Informações por Segmento – Correlação com a IFRS 08;*
- _ *CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças em Estimativa e Retificação de Erro – Correlação com a IAS 08;*
- _ *CPC 24 – Evento Subseqüente – Correlação com a IAS 10;*
- _ *CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Correlação com a IAS 37;*
- _ *CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Correlação com a IAS 01;*
- _ *CPC 27 – Ativo Imobilizado – Correlação com a IAS 16;*
- _ *CPC 28 – Propriedade para Investimento – Correlação com a IAS 40;*
- _ *CPC 30 – Receitas – Correlação com a IAS 18;*

- _ CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada – Emitido em 2009 – Correlação com a IFRS 05;
- _ CPC 32 – Tributo sobre Lucro – Emitido em 2009 – Correlação com a IAS 12;
- _ CPC 33 – Benefícios a Empregados – Emitido em 2009 – Correlação com a IAS 19;
- _ CPC 38 – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – Emitido em 2009 – Correlação com a IAS 39;
- _ CPC 39 – Instrumentos Financeiros: apresentação – Correlação com a IAS 32;
- _ CPC 40 – Instrumentos Financeiros: evidenciação – Correlação com a IFRS 07;
- _ CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos CPC 15 a 40 – Correlação com a IFRS 01;
- _ ICPC 01 – Contratos de Concessão;
- _ ICPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil;
- _ ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial;
- _ ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

A Administração da Cooperativa está analisando os impactos das alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos técnicos (CPCs e ICPCs). No caso de ajustes decorrentes de adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2010, a Cooperativa avaliará a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação, caso esses novos pronunciamentos já estivessem em vigor desde o início do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Nota 5 – Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional da entidade é o Real (R\$).

b) Caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

c) Contas a receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

d) Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, igualmente registrados pelo custo médio.

e) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subseqüentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

f) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL nº 15 de 24 de dezembro de 1997, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 367 de 26 de junho de 2009, não possuindo financiamentos aplicados no ativo imobilizado.

g) Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade.

h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Impairment

A Cooperativa analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável. Caso se identifique tais evidências, a Cooperativa estima o valor recuperável do ativo. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a Cooperativa reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

i) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

j) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

l) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

m) Receitas e Despesas

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

n) Tributação dos resultados

A tributação dos ganhos e resultados foi calculada tomando como base as operações com não associados nos termos da legislação vigente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira, considerada tributável pela legislação fiscal, conforme demonstrado na nota 31.

Nota 6 – Caixa e Equivalente de Caixa

Contas	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2010	2009
Caixa e bancos				2.094	1.413
Numerários em trânsito				61	68
Aplicações no Mercado Aberto					
Banco do Brasil S/A	Fundo de Aplicação	30 dias	1,02%	1.247	1.060
Banco Safra S/A	Fundo de Aplicação	30 dias	0,96%	4.545	2.496
Banco do Brasil S/A - BESC	Fundo de Aplicação	30 dias	0,88%	749	694
Banco do Brasil S/A - BESC	Certificado de Depósito	30 dias	0,75%	739	683
Banco BRADESCO S/A	Fundo de Aplicação	30 dias	0,64%	1.375	1.175
Caixa Econômica Federal	Fundo de Aplicação	30 dias	0,80%	2.170	1.243
CREDISULCA	Fundo de Aplicação	30 dias	0,90%	1.842	1.102
SICREDI	Fundo de Aplicação	30 dias	1,07%	3.650	862
				16.317	9.315
Total				18.472	10.795

Nota 7 – Contas a receber – Consumidores

Consumidores	Saldos Vincendos	Vencidos		2010	2009
		até 90 dias	mais 90 dias		
Ativo Circulante					
Consumidores	5.870	1.308	1.298	8.476	8.222
Fornecimento	4.387	1.247	49	5.683	5.259
Residencial	724	909	18	1.652	1.233
Industrial	2.523	220	26	2.769	3.194
Comercial	396	55	2	453	352

Rural	464	63	3	530	297
Poder Público	61	1	0	61	50
Iluminação Pública	149	0	0	149	126
Serviço Público	70	0		70	7
Serviço Taxado	4	4	0	8	7
Participação Financeira	41	0	0	41	0
Outros Créditos	1.446	56	1.248	2.751	2.956
Encargos Moratórios	25	19	4	49	50
Parcelamento de energia	955	37	2	993	1.566
Cobrança Judicial Consumidores	0	0	1.242	1.242	744
Outros	466	0	0	466	596
Encargos Tarifários	0	0	0	0	0
Encargo de Capacidade Emergencial	0	0	0	0	0
Arrecadação Processo Classificação	(7)	0	0	(7)	0
Ativo Não Circulante					
Consumidores	1.186	0	0	1.186	0
Outros Créditos	1.186	0	0	1.186	0
Parcelamento de energia	1.186	0	0	1.186	0

Nota 8 – Devedores Diversos e Outros Créditos

Contas	2010	2009
<u>Ativo Circulante</u>		
<u>Devedores diversos</u>		
Empregados	112	109
	112	109
<u>Outros Créditos</u>		
Serviços Prestados a Terceiros	43	80
Uso Mútuo de Postes a Receber	21	19
Outros Créditos	78	47
	142	146
<u>Ativo Não Circulante</u>		
<u>Outros Créditos</u>		
Coopernova – Desmembramento	1.111	1.301
	1.111	1.301

No ano de 2010 houve a reclassificação de contas contábeis que no ano de 2009 configuravam como Outros créditos, mudando para o grupo de Consumidores.

Nota 9 – Depósitos Judiciais

Contas	2010	2009
<u>Ativo Circulante</u>		
Encargo de Capacidade Emergencial	1.281	1.281
Ações Trabalhistas	1.063	-
	2.344	1.281

Nota 10 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada e reconhecida a partir da experiência da Administração da Cooperativa em relação ao histórico das perdas efetivas, considerando também os parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor apurado é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

Contas	Provisão para Devedores Duvidosos	
	2010	2009
Consumidores – Fornecimento energia	42	196
Residencial	21	58
Industrial	18	117
Comercial	2	16
Rural	1	5
Poder Público	0	0
Iluminação Pública	0	0
Consumidores – Cobrança Judicial	1.242	744
Cheques em Cobrança	0	10
Parcelamentos	5	15
Consumidores – ODS	29	26
	1.319	991

Nota 11 – Serviços em Curso

Contas	2010	2009
<u>Ativo Circulante</u>		
Serviços Próprios	180	-
Serviços Prestados a Terceiros	14	3
	194	3

Nota 12 – Impostos e Contribuições Sociais

Contas	2010	2009
<u>Ativo Circulante</u>		
ICMS a recuperar	617	501
IRRF s/Aplicações Financeiras	19	8
Contribuições Federais a Recuperar	0	0
	636	509
<u>Ativo Não Circulante</u>		
ICMS a recuperar	858	750
	858	750
<u>Passivo Circulante</u>		
ICMS a recolher	919	773
IRRF a recolher	2	1
FGTS a pagar	36	34
CSRF a recolher	0	0
IRPJ ato não cooperativo a recolher	35	18

ISS PMF a recolher	7	14
INSS a recolher	95	108
PIS folha a recolher	6	5
CSLL ato não cooperativo a recolher	13	7
COFINS ato não cooperativo a recolher	1	1
PIS ato não cooperativo a recolher	0	0
	1.115	961
<u>Passivo Não Circulante</u>		
Provisão IRPJ e CSLL sobre AAP-Imobilizado	1.246	-
	1.246	-

a) ICMS a Recuperar

Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição ativos imobilizados, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102/2000.

b) Imposto de Renda a Compensar

Os valores registrados como Imposto de Renda a compensar referem-se a créditos de valores retidos na fonte.

Nota 13 – Estoques

	2010	2009
Estoques		
Iluminação	17	17
Acessórios p/padrão de medição	17	11
Acessórios de rede	14	4
Materiais em Conserto/Sucatas	0	0
	48	32

Nota 14 – Investimentos

	2010	2009
Ações Diversas	0	0
Oficina Técnica Extremo Sul	11	11
CERSUL	0	0
TELENORTE	1	1
SICRED	6	0
CREDISULCA	100	72
SC/GERACOOOP	165	165
CREDIJA	1	1
AGROINDUSTRIA E COMÉRCIO UGGIONI	23	0
COOPERLEITE	187	187
DO VALE ALIMENTOS LTDA.	287	287
(-) Provisão p/desvalorização part.soc.DO VALE ALIMENTOS LTDA.	(68)	(68)
	714	657

Nota 15 – Imobilizado

a) Imobilizado em Serviço e em Curso

	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Residual	
			2010	2009
Vinculados a Concessão				
Em Serviço				
Terrenos	372	-	372	498
Edificações	2.379	(373)	2.006	1.795
Máquinas e Equipamentos	34.784	(6.689)	28.095	23.831
Veículos	1.880	(608)	1.272	589
Móveis e Utensílios	297	(99)	199	721
	39.712	(7.768)	31.944	27.433
Em Curso				
Máquinas e Equipamentos	2.626	-	2.626	1.608
Terrenos	1.538	-	1.538	-
Edificações	1.427	-	1.427	5
Veículos	622	-	622	-
Almoxarifado de investimentos	1.063	-	1.063	601
Adto a fornecedores	77	-	77	124
	7.353		7.353	2.338
Não Vinculados a Concessão				
Em Serviço				
Terrenos	147	-	147	-
	147		147	-
Em Curso				
Terrenos	97	-	97	-
	97		97	-
Participações e doações - Imobilizado em Serviço				
Participação financeira	(176)	-	(176)	(32)
Doações e Subvenções	(508)	-	(508)	(414)
	(684)	-	(684)	(445)
Total do Imobilizado			38.857	29.325

Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20/1999 da ANEEL, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As obrigações especiais vinculadas representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão/permissão. As obrigações especiais não são passivos onerosos, tampouco créditos dos cooperados.

b) Resumo da Movimentação do Imobilizado em Serviço e em Curso

	Saldo	(+)	(-)	(+/-)	Saldo
	Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Atual
Em Serviço					
Terrenos	498	-	-	(126)	372
Edificações	1.795	(95)	(1)	308	2.006
Máquinas e Equipamentos	23.831	4.706	(642)	200	28.095
Veículos	589	742	(58)	-	1.272
Móveis e Utensílios	721	(10)	(2)	(509)	199
	27.433	5.342	(704)	(127)	31.944
Em Curso					
Terrenos	0	1.538	0	0	1.538
Máquinas e Equipamentos	1.608	1.018	0	0	2.626
Veículos	0	622	0	0	622
Edificações	5	1.422	0	0	1.427
Almoxarifado de investimentos	601	462	0	0	1.063
Adto a fornecedores	124	0	(47)	0	77
	2.338	5.062	(47)	0	7.353
Não Vinculados a Concessão					
Em Serviço					
Terrenos	0	21	0	126	147
	0	21	0	126	147
Em Curso					
Terrenos	0	97	0	0	97
	0	97	0	0	97
Participações e doações – I.S					
Participação financeira	(32)	(151)	6	-	(176)
Doações e Subvenções	(414)	(95)	-	-	(508)
	(445)	(245)	6	-	(684)
	29.325	10.277	(744)	(2)	38.857

c) Vidas Úteis e Taxas de Depreciação

A depreciação dos ativos imobilizados foi realizada pelo método linear com base nas taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL n° 240/2006, substituída pela Resolução Normativa n° 367/2009. Os valores contabilizados como despesas de depreciação nos exercícios de 2010 e 2009 foram de R\$ 1.897 e R\$ 1.587, respectivamente.

d) Redução ao Valor Recuperável - *Impairment*

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões/permisões de serviço público, admitindo, por hora, e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final das concessões/permisões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

e) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste de Avaliação Patrimonial foi realizado em 31/12/2010 atendendo as especificações e critérios estabelecidos na interpretação técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 10 e pelas Normas de Avaliação NBR 14653-1/2001 e NBR 14653-2/2004 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Consideramos relevantes para a Avaliação os seguintes bens, ajustando conforme tabela de avaliação:

Grupo de Contas	Ajuste de Avaliação
Terrenos	1.635
Veículos	622
Edificações	1.410
	3.666

O objetivo da avaliação foi determinar o valor justo, a vida útil remanescente e o valor residual.

Nota 16 – Intangível

	Valor	
	2010	2009
Em Serviço		
Licenças e Softwares	66	65
Direitos de Uso s/Linha Telefônica	6	6
	72	71

Nota 17 – Fornecedores

	2010	2009
<u>Fornecedores de Energia Elétrica</u>		
CELESC S/A	2.457	1.097
CELESC S/A – ECE	1.180	1.180
	3.637	2.278
Fornecedores de Materiais e Serviços	1.119	882
	4.755	3.159

(*) Existem depósitos judiciais no valor de R\$ 1.030, classificado no circulante para liquidação da obrigação representada pelo Encargo de Capacidade Emergencial – ECE cuja cobrança foi contestada judicialmente.

Nota 18 – Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas

	2010	2009
<u>Folha de pagamento</u>		
Honorários Diretoria e Cédula de Presença Conselheiros	0	2
Salários a pagar	0	175
IRRF a recolher – Funcionários	51	45
INSS a recolher – Funcionários	28	26
Contribuições Sindicais	1	1
Mensalidade Associação dos Funcionários	1	0
Pensão Alimentícia Judicial	1	0
Credito Consignação folha	10	10
	91	261
<u>Provisões Trabalhistas</u>		
Férias	399	408
Encargos Sociais sobre Férias	142	144
	540	552
	632	812

Nota 19 – Financiamentos

As obrigações com financiamentos no valor total de R\$ 1.393 estão representadas pelos seguintes contratos:

- Junto ao BRDE sob número 217657016, contratado em 04 de maio de 2007, com vencimento em 15 de maio de 2012, no valor de R\$ 700;
- Junto ao Banco do Brasil S/A no Programa Especial de Saneamento Cooperativo com vencimento em março de 2020, no valor de R\$ 494;
- Junto ao Banco Bradesco sob número 734179-2, contratado em 11 de dezembro de 2009, com vencimento em 16/09/2013, no valor de R\$ 199.

Instituição	2010		2009	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	496	205	573	697
Programa Especial de Saneamento Cooperativo	0	494	0	522
Banco Bradesco	79	119	55	198
	575	818	628	1.418

Nota 20 – Encargos do Consumidor a Recolher

	2010	2009
Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	134	66
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	174	77
Reserva Global de Reversão - RGR	31	53
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	12	7
Ministério de Minas e Energia - M.M.E.	6	3
Encargos Ex-Isolados	82	0
	438	206

Nota 21 – Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

Saldos	P&D	PEE	Total
Em 2009	35	87	122
Constituições	52	129	181
Juros SELIC	5	12	17
Em 2010	91	228	320

Nota 22 – Outras Contas a Pagar

	2010	2009
<u>Passivo Circulante</u>		
Consumidores	55	14
COSIP a Repassar	116	151
Juros Eletrobrás	0	54
Valores recebidos a reclassificar	0	56
Projetos Sociais	44	0
Outros Credores	20	12
	236	287
<u>Passivo Não Circulante</u>		
Outros Credores	5	10
	5	10

Nota 23 – Provisão para Contingências

	2010	2009
<u>Passivo Não Circulante</u>		
Trabalhistas	1.057	365
Judiciais	2.747	568
	3.804	933

A Cooperativa é parte envolvida em ações trabalhistas e cíveis e está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da diretoria jurídica da Cooperativa e de seus consultores legais externos.

a) Contingências Trabalhistas

Inerentes a ações movidas por ex-funcionários contra a Cooperativa, envolvendo a cobrança de horas extras, periculosidade e danos morais.

b) Contingências Cíveis

Inerentes a ações movidas contra a Cooperativa que pleiteiam indenizações por acidentes com as redes de distribuição de energia elétrica.

Provisão PIS/COFINS Sobre Ato Cooperativo Não Reconhecido – Notificação Fiscal

As Leis n.ºs 9.715/98 e 9.718/98 alteradas parcialmente por Medidas Provisórias até a de n.º 2158-35/2001, pelas Leis n.ºs 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.676 de 22 de maio de 2003 e 10.684 de 30 de maio de 2003, implementadas com a Instrução Normativa – IN n.º 145 da Secretaria da Receita Federal – SRF de 09 de dezembro de 1999, IN – SRF n.º 247 de 21 de novembro de 2002, e IN – SRF n.º 358 de 9 de setembro de 2003, estabeleceram que a contribuição para o PIS e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento a partir de 01 de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999. Em 24 de março de 2006 foi editada a IN – SRF n.º 635 dispondo sobre a contribuição ao PIS e da COFINS, cumulativas e não-cumulativas devidas pelas cooperativas em geral.

Com o advento da Lei n.º 10.684, houve grande evolução no entendimento da não incidência da contribuição para o PIS e da COFINS sobre o ato cooperativo, notadamente quando determinou, em seu Art. 17, a exclusão dos *valores dos serviços prestados pelas cooperativas de eletrificação rural a seus associados* da base de cálculo do tributo. Com isso a administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de contribuição ao PIS e da COFINS.

Através de ação fiscalizadora, concluída em 23 de novembro de 2006, a Secretaria de Receita Federal lavrou auto de infração, protocolado em 06 de dezembro de 2006, por suposta falta/insuficiência de recolhimento da Contribuição ao PIS e da COFINS no período de novembro

de 2001 a junho de 2006. O procedimento fiscal tomou como base de cálculo a totalidade das receitas, excluindo os gastos com distribuição de energia elétrica e a parcela das sobras destinada aos fundos legais.

Em 03 de janeiro de 2007 a cooperativa interpôs defesa administrativa argumentando a não incidência de tributo sobre o ato cooperativo, nos moldes do IRPJ e da CSLL, segundo disposições da Lei 5764/71 – Lei Cooperativista, não reconhecendo como devido o tributo.

Em 31 de dezembro de 2010, foi realizada a provisão de 50% do valor da notificação original, no valor de R\$ 2.179, de um total de R\$ 4.357, conforme parecer do jurídico da cooperativa e deliberação da reunião do conselho de administração (Ata CA 04/11). Os 50% restante do valor da notificação será provisionado nos 12 meses do ano de 2011.

Tratamento do tributo após o período notificado

A cooperativa manteve o cálculo e recolhimento da Contribuição ao PIS e da COFINS sobre as receitas auferidas apenas com não associados.

Eventuais efeitos contrários ao entendimento da administração amparados na sua defesa serão reconhecidos oportunamente.

Encargo de Capacidade Emergencial

A cooperativa, respaldada pela opinião de seus advogados, interpôs mandado de segurança junto a Primeira Vara Federal da cidade de Criciúma – SC, em 21 de junho de 2004, contra a cobrança do encargo de capacidade emergencial. O processo encontrando-se pendente de decisão final.

Proibição ao Crédito do ICMS nas Aquisições de Bens Destinados ao Ativo Imobilizado

O crédito de ICMS nas aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado é matéria consagrada na legislação federal e estadual, sendo pacífica a sua utilização em 48 parcelas a partir da aquisição do bem. Contudo, o fisco catarinense tem se manifestado contrariamente a utilização do crédito quando referente a bens destinados a construção de redes de energia elétrica, argumentando tratar-se de construção civil, sendo matéria tributária municipal.

A administração da cooperativa discorda das manifestações do fisco amparada nas disposições da Lei Complementar n.º 87 e na ausência de vedações expressas na legislação sobre ICMS no Estado de Santa Catarina.

Em 15 de fevereiro de 2007 foi editada a Lei 13.992, dispondo, entre outros assuntos, sobre alterações na Lei 10.297, de 26 de dezembro de 1996. Uma das alterações tratou sobre a dispensa das cooperativas de eletrificação rural de *estornarem os créditos fiscais de ICMS*, advindos das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado no período de dezembro de 2001 a dezembro de 2006, sinalizando no sentido da proibição do crédito para os períodos seguintes.

Caso a intenção do fisco seja a de proibir a utilização do crédito de ICMS, sem fazer distinção a determinado tipo de bem, os valores correspondentes ao saldo em 31 de dezembro de 2006, assim como os créditos gerados a partir de janeiro de 2007 não poderão ser utilizados e deverão compor o custo das aquisições, complementarmente.

Diante da ausência de notificação formal por parte do fisco catarinense e do caráter inovador da matéria, a administração da cooperativa decidiu manter a apropriação dos créditos de ICMS nas aquisições de equipamentos destinados a instalação nas redes de distribuição, classificando como possível os efeitos contrários a sua utilização.

Nota 24 – Instrumentos Financeiros

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os instrumentos financeiros são:

Caixa e Equivalentes de Caixa: apresentados na nota 6;

Contas a Receber: apresentados na nota 7;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 17;

b) Valor Justo

Instrumentos Financeiros	2010		2009	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.472	18.472	10.795	10.795
Contas a receber	9.662	9.662	8.222	8.222
Empréstimos e Financiamentos	1.393	1.393	2.046	2.046

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

31 de Dezembro de 2010	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinado a Venda	Empréstimos e Recebíveis	Total
Ativos financeiros:					
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0	18.472	18.472
Contas a receber	0	0	0	9.662	9.662
Empréstimos e Financiamentos	0	0	0	1.393	1.393
Total	0	0	0	29.527	29.527

c) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Riscos de Taxas e Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a empresa adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 25 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas–partes fixado no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas–partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo à participação de 19.316 (dezenove mil, trezentos e dezesseis) cooperados em 31 de dezembro de 2010 – em 2009 eram 18.473 (Dezoito mil, quatrocentos e setenta e três).

b) Natureza e Finalidade das Reservas

Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 10% das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembléia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos cooperados, seus dependentes e seus próprios colaboradores. Sua constituição é estabelecida pela Lei nº 5.764/1971.

Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 55% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembléia Geral, e destina-se a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e expansão do patrimônio, podendo ainda ser aplicado em todas as iniciativas que visem ao desenvolvimento social ou econômico da Cooperativa.

c) Sobras a Disposição da Assembléia Geral Ordinária 2010/2009

Sobras a Disposição da AGO		
	2010	2009
Resultado Líquido do Exercício	14.390	9.251
Destinações Estatutárias	10.115	6.514
RATES	851	584
Reserva Legal	1.425	912
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	7.839	5.018
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	0	228
Sobras Líquidas a Disposição da AGO	4.276	2.509

Nota 26 – Ingressos/Receitas Operacionais

	2010	2009
Receita Operacional Bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica	51.079	42.083
Outras Receitas Operacionais	327	279
Total da Receita Operacional Bruta	51.406	42.361
Tributos Sobre a Receita	11.336	9.474
ICMS	11.326	9.459
PIS	2	3
COFINS	8	12
Encargos do Consumidor	2.996	2.515
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	926	789
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.116	923
Reserva Global de Reversão - RGR	585	633
Programa de Eficiência Energética – PEE	129	85
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	129	85
Ex-Isolados	110	-
Total dos Tributos sobre a Receita e Encargos do Consumidor	14.332	11.989
Receita Operacional Líquida	37.075	30.372

Nota 27 – Custo da Operação

	2010	2009
Custo de Operação		
Pessoal	3.346	2.741
Material	617	845
Serviços de Terceiros	669	498
Depreciação e Amortizações	1.747	1.461
Outros Custos de Operação	212	128
	6.591	5.673
Despesas com Vendas		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	423	125
Despesas Gerais e Administrativas		
Pessoal e Administradores	1.903	1.749
Material	79	94
Serviços de Terceiros	578	651
Depreciações	150	126
Seguros	11	21
Tributos	50	27
Doações, Contribuições e Subvenções	222	109
Recuperação de Despesas	(33)	(30)
	2.960	2.747

No ano de 2010 houve provisões sobre ações judiciais (trabalhistas e civis), no valor total de R\$ 2.870, lançadas em outras despesas operacionais.

Nota 28 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios

a) Segmentos e Atividades de Negócios

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade:

- a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores;
- b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso,
- c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

Comercialização de Energia: refere-se às atividades de compra e venda de energia elétrica, sendo composta, principalmente, de móveis e utensílios, equipamentos de informática e comunicação.

b) Áreas Geográficas

Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nas seguintes cidades: Forquilha, Nova Veneza e Criciúma, todas do Estado de Santa Catarina.

c) Resultados

Contas	Atividades de Negócios		
	Distribuição	Comercialização	Total
	2010	2010	2010
<u>Receita Operacional Líquida</u>	<u>13.352</u>	<u>23.723</u>	<u>37.075</u>
Custos dos serviços	8.139	9.003	17.142
<u>Resultado Operacional Bruto</u>	<u>5.213</u>	<u>14.720</u>	<u>19.933</u>
Despesas Operacionais	3.669	2	3.672
Outras despesas	2.417	423	2.840
<u>Resultado do Serviço</u>	<u>(874)</u>	<u>14.295</u>	<u>13.421</u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>678</u>	<u>983</u>	<u>1.662</u>
Receitas Financeiras	939	1.077	2.016
Despesas Financeiras	261	93	354
<u>Outras receitas</u>	<u>455</u>	<u>0</u>	<u>455</u>
<u>Outras despesas</u>	<u>613</u>	<u>85</u>	<u>697</u>
<u>Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro</u>	<u>(353)</u>	<u>15.194</u>	<u>14.841</u>
Tributos sobre o Lucro	0	451	451
<u>Resultado Líquido do Período</u>	<u>(353)</u>	<u>14.743</u>	<u>14.390</u>

d) Principais Clientes

As receitas provenientes de 02 clientes do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício de 2010 chegaram a perfazer um montante de R\$ 6.000, representando cerca de 17,28% do total de receitas da Cooperativa.

Nota 29 – Detalhamento do Resultado Financeiro

Contas	2010	2009
Receitas Financeiras		
Rendas de Aplicação Financeira	1.195	637
Acréscimo Moratório s/Fatura de Energia	630	654
Outras Receitas Financeiras	191	323
	2.016	1.615
(-) Despesas Financeiras		
Tarifas Bancárias	206	207
Variações Monetárias	112	183
Multas Moratórias	-	170
Outras Despesas Financeiras	36	79
	354	640
	1.662	975

Nota 30 – Detalhamento das Operações Descontinuadas

Contas	2010	2009
Outras Receitas		
Ganhos na Alienação/Desativações de Bens	64	140
Estorno de Contingências	0	628
Serviços Prestados	266	537
Outras Receitas	125	140
	455	1.446
Outras Despesas		
Perdas na Desativações de Bens	196	63
Perdas na Alienação de Bens	7	11
Provisões Extraordinárias	0	933
Serviços Prestados	30	79
Responsabilidade Social e Ambiental	116	0
Outras Despesas	348	214
	697	1.300
Resultado	(242)	145

Nota 31 – Demonstrativo de Resultado para efeito de cálculo do IRPJ E CSLL

Demonstração de Resultado por Ato Cooperativo e Não Cooperativo – 2010			
Contas	Operações com		
	Associados	Terceiros	Total
1 - Receita Operacional Bruta	51.128	278	51.406
2 - Deduções da Receita Bruta	14.322	10	14.332
2.1 - Impostos e Contribuições Sobre a Receita	11.326	10	11.336
2.2 - Encargos do Consumidor	2.996	0	2.996
3 - Receita Operacional Líquida (1-2)	36.807	268	37.075
4 - Custo do Serviço de Energia Elétrica	17.106	36	17.142
4.1 - Energia Comprada para Revenda	10.551	0	10.551
4.2 - Custo de Operação	6.556	36	6.591
5 - (=) Resultado Operacional Bruto	19.700	233	19.933
6 - Despesas Operacionais	6.012	(1.162)	4.850
Despesas c/Vendas	420	2	423
Despesas Gerais e Administrativas	6.056	33	6.089
Despesas/Receitas Financeiras Líquidas	(464)	(1.197)	(1.662)
7 - Resultado Não Operacional	241	1	242
8 - Result. Liq. Exerc. Antes Tributação (5-6+7)	13.448	1.393	14.841
9 - Tributos Incidentes Sobre o Resultado	0	451	451
IRPJ	0	325	325
CSLL	0	126	126
10 - Resultado Líquido do Exercício (8-9)	13.448	943	14.390
Resultado Líquido do Exercício em 2009	8.687	564	9.251

Nota 33 – Partes Relacionadas

Natureza das Operações	2010			2009		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Pessoal Chave da Administração						
Presidência e Conselhos	0	0	259		2	248
Encargos Sociais	0	0	60			27
Total	0	0	319	0	2	275

Nota 32 – Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo o prédio sede e a frota de veículos da entidade.

Não há seguro dos bens e instalações vinculados à permissão, conforme deliberação do conselho administrativo. (Ata 031/09 CA de 23/12/09).

Item	Descrição do Bem	Vigência	Importância Segurada		Prêmio Total
			Terceiros	Total	
Veículos					
1	Gol 1.6 8V Ano 2009/2010 Placa MFX 2145	22/06/2011	250	35	2
2	Gol 1.0 8V Ano 2009/2010 Placa MFL 6307	16/10/2011	200	31	2
3	Gol 1.0 8V Ano 2009/2010 Placa MFL 6217	14/06/2011	250	31	2
4	Corolla GLI 1.8 FLEX Ano 2010/2011 Placa	28/03/2011	200		1
5	FORD F 350 2P Ano 2005/2005 Placa MCV 9665	29/08/2011	200	-	2
6	FORD F 350 2P Ano 2008/2009 Placa EFY 3975	12/02/2011	200	-	2
7	FORD F 350 2P Ano 2010/2011 Placa MIL 1497	13/10/2011	200	-	2
8	FORD F 350 2P Ano 2010/2011 Placa MIL 7267	13/10/2011	200	-	2
9	Volkswagen 13.180 E Ano 2010/2010 Placa MGU 5538	13/10/2011	200	-	2
10	Volkswagen 13.180 E Ano 2010/2010 Placa MIL 8027	13/10/2011	200	-	2
11	Volkswagen 13.180 E Ano 2010/2010 Placa MIL 8057	07/06/2011	200		1
12	Caminhão VW 8.120 Ano 2007/2007 Placa MDM 3933	17/05/2011	200	-	2
13	Uno Furgão Fiorino 1.3 Ano 2009/2010 Placa MGS 5566	27/04/2011	250	35	3
14	Fiat Strada 1.4 MPI Ano 2009/2010 Placa MGS 5536	07/06/2011	50	-	1
15	Fiat Strada 1.4 MPI Ano 2009/2010 Placa MGS 5466	07/06/2011	50	-	1
16	Fiat Strada 1.4 MPI Ano 2009/2010 Placa MGS 5496	07/06/2011	50	-	1
17	Fiat Strada 1.4 MPI Ano 2009/2010 Placa MGS 5546	07/06/2011	50	-	1
18	Fiat Strada 1.4 MPI Ano 2008/2008 Placa MES 0164	07/06/2011	50		1
19	Fiat Strada 1,4 MPI Ano 2009/2009 Placa MGX 6483	19/03/2011	200		1
20	FORD F 12000 Ano 2004/2004 Placa MCN 9293	07/06/2011	50		1
21	Mercedes Benz LA Ano 1986/1986 MAB 6867	07/06/2011	50		1
22	Toyota Bandeirante Pick-Up Ano 2000/2001 Placa MEQ 0720	07/06/2011	50		1
23	NXR 150 BROSS ESD MIX Ano 2010 Placa MHJ 6976	14/04/2011	50	-	0
24	NXR 150 BROSS ESD MIX Ano 2010 Placa MHJ 7016	14/04/2011	50	-	0
25	NXR 150 BROSS ESD MIX Ano 2010 Placa MHJ 7216	14/04/2011	50	-	0
26	NXR 150 BROSS ESD MIX Ano 2010 Placa MHJ 7246	14/04/2011	50	-	0
27	NXR 150 BROSS ESD MIX Ano 2010 Placa MHJ 7116	14/04/2011	50	-	0
			3.600	132	34
Edificações					
	Prédio Sede	12/08/2011	-	1.000	3
			-	1.000	3
			3.600	1.132	37

Nota 34 – Encerramento das Atividades

Em Assembléia Geral Extraordinária de 29 de novembro de 2003, os associados deliberaram pela liquidação do setor agropecuário autorizando o Conselho de Administração proceder às negociações para que os bens patrimoniais daquele setor fossem vendidos para os associados.

As negociações foram concretizadas no exercício de 2004 e no ano de 2009 foram reconhecidos os valores do contrato de venda gerando assim reflexos no resultado, continuando os bens a serem transferidos após quitação do contrato ou troca de garantias.

Forquilha, 31 de dezembro de 2010.

Carlos Alberto Arns
Presidente


Estela Maria Wesler Martinhago
Contadora
CRC – SC 023.225/O-9

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa Pioneira de Eletrificação, os senhores Antonio Mazzucco, Gilmar Medeiros Campos e Dereal Paulo da Rosa, reuniram-se para examinar e apreciar o seguinte: Balanço Patrimonial; Contas de Sobras e Perdas; Documentos Estatísticos e demais documentos, compreendendo entre primeiro de janeiro e trinta e um de dezembro do ano de 2010, bem como o relatório da Diretoria. Depois de procedido ao exame detalhado das contas e demonstrativos, resolveram emitir o seguinte parecer:

“Em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi conferido, declaramos que após minucioso exame de caixa, contas a pagar, conciliação bancária, balanço patrimonial, contas de sobras e perdas, contabilidade, almoxarifado e demais documentos. Ainda baseado nas reuniões regulamentares efetuadas até a presente data, nas quais tomados conhecimento de todos os atos praticados, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem e em vista da realização da Assembléia Geral Ordinária marcada para o dia 11 de março de 2011, cujo edital de convocação já foi divulgado dentro do prazo previsto pelo Estatuto Social da Cooperativa Pioneira de Eletrificação, somos de parecer favorável no sentido de que seja aprovada as contas pela Assembléia Geral Ordinária.”

Reiteramos que em virtude de a mesma ter se tornado permissionária e por conseqüência ter suas sobras liquidas reduzidas no futuro, sugerimos que se mantenham os convênios, e com relação aos ofícios de doações que se definam critérios, sendo que os mesmos sejam aprovados pela Assembléia Geral dos Associados. Constatamos a preocupação da COOPERA sobre a geração de energia, conforme informações de seus técnicos isso é possível, sugerimos que se busque incessantemente essa inovação para que a COOPERA continue proporcionando aos seus associados serviços de qualidade e obtendo preços competitivos mantendo assim a saúde financeira da Cooperativa.


Antonio Mazzucco
Coordenador
Gilmar Medeiros Campos
1º Secretário
Dereal Paulo da Rosa
3º Membro Efetivo

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA
Forquilha - SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **COOPERA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **COOPERA**, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **COOPERA**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 - São José - SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 - e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERA**, em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São José (SC), 25 de fevereiro de 2011.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável - Contador - CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EDILSON MEDEIROS, Presidente em exercício da Cooperativa Pioneira de Eletrificação, no uso das atribuições que confere o inciso V do artigo 43 do Estatuto Social, convoca os Senhores Associados para **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** à realizar-se no dia 11 de março de 2011, tendo como local o Auditório Alfredo Michels, localizado na sua sede social, na avenida 25 de Julho, nº. 2.736, centro, na Cidade e Comarca de Forquilha, Estado de SC, a ter início às 17h, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; às 18h, em segunda convocação, com a presença da metade mais 1 (um) dos associados e, às 19h, em terceira e última convocação, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, para tratar da seguinte

ORDEM DO DIA:

1º. - Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal, referente o exercício de 2010, compreendendo:

- a) Relatório da gestão da Diretoria do exercício de 2010;
- b) Balanço Patrimonial e de resultados de 2010;
- c) Demonstrativo das Sobras e Perdas apuradas em 2010;
- d) Parecer do Conselho Fiscal.

2º. - Destinação das Sobras/Perdas apuradas no exercício de 2010.

3º. - Plano de metas para o exercício de 2011, compreendendo:

- a) Área social;
- b) Investimentos em redes de distribuição;
- c) Investimentos em insumos para tecnologia da informação (TI).
- d) Investimentos em capacitação profissional;
- e) Investimentos na construção de almoxarifado e sede nova;
- f) Investimentos nova subestação de 69 kV no Caravaggio.
- g) Plano de aplicação para utilização do FATES.

4º. - Autorização para o Conselho de Administração dar bens móveis e imóveis em garantia junto a entidades financeiras sobre os financiamentos para capital de giro ou investimentos.

5º. - Autorização para o Conselho de Administração vender bens móveis e imóveis.

6º. - Fixar honorário do Presidente e Cédula de Presença das reuniões dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

7º. - Eleição e Posse do Conselho Fiscal.

8º. - Assuntos Gerais.

OBSERVAÇÕES:

1) Para efeito do cálculo de *quorum* a Cooperativa possui **19411 (dezenove mil quatrocentos e onze) associados** até a presente data.

2) Os associados interessados em concorrer aos cargos eletivos descritos no item 7º deste Edital deverão apresentar os seus nomes em forma de chapa, descrevendo-os de acordo com os cargos existentes, obedecendo o Estatuto Social e as demais disposições legais, até às 17h30min do dia 04 de março de 2011, na sede da Cooperativa.

3) Para ter direito a voto o associado deverá estar rigorosamente em dia com suas obrigações com a Cooperativa até às 24h do dia 08 de fevereiro de 2011.

4) A votação será realizada no dia 12 de março de 2011 com início às 09h e término às 16h, tendo os seguintes locais de votação:

Município de Forquilha: Colégio Sagrada Família, sito na rua João José Back, nº. 370 - centro – Forquilha – SC. Localidades votantes no Município de Forquilha: Centro e Bairros: Clarissa, Barra da Sanga, Cidade Alta, Faxinal, Jardim Montevideo, Linha Eyng, Loteamento Mariza, Mãe Luzia, Morro Comprido, Nova York, Ouro Negro, Pique do Cedro, Sanga do Café, Sanga do Engenho, Santa Ana, Santa Clara, Santa Cruz, Santa Isabel, Santa Libera, Santa Rosa, Santa Terezinha, São Gabriel, São Jorge, São José (Verdinho), Taquaras, Vila Franca, Vila Lourdes, Bairro Saturno, Sangão, São Defende, São Roque e São Sebastião.

Município de Criciúma: Escola Básica João Dagostim, sito na rodovia Luiz Rosso, km 11, Bairro Quarta Linha – Criciúma – SC. Localidades votantes no Município de Criciúma: Bairros: Capão Bonito, Morro Estevão, Primeira Linha, Quarta Linha, São Domingos, Verdinho, Espigão da Toca, São João e Jardim das Paineiras.

Município de Nova Veneza: E. E. B. Julieta Torres Gonçalves, sito na rua Antonio Michels, s/nº., Distrito de São Bento Baixo – Nova Veneza – SC. Localidades votantes no Município de Nova Veneza: Bairros: Araçá, Caravaggio, Jardim Florença, Linha de Matia, Linha Marangoni, Linha Reta, Minerva, Nossa Senhora de Lourdes, Núcleo Gava, Picadão, Rio Cedro Alto, Rio Cedro Médio, Sanga Curta, São Bento Alto, São Bento Baixo, São Bonifácio, São Francisco, São José (Nova Veneza), Vila Maria e Vila Santa Catarina.

Em caso de existir uma única chapa concorrente aos cargos descritos no item 7º. deste Edital, a votação poderá ser realizada por aclamação, a critério da Assembléia Geral Ordinária no dia da sua instalação.

No dia da votação a que se refere o item 7º. da ordem do dia, para exercer o direito de voto, o associado deverá apresentar-se à mesa de votação, munido de documento de identidade com fotografia.

Forquilha - SC, 17 de fevereiro de 2011.



EDILSON MEDEIROS
Presidente em exercício

Ata da Assembléia Geral Ordinária da Cooperativa Pioneira de Eletrificação

NIRE: 42400000860

CNPJ: 83.646.653/0001-70

Ata da Assembléia Geral Ordinária da Cooperativa Pioneira de Eletrificação, realizada aos onze dias do mês de março de dois mil e onze. Reuniram-se os associados da COOPERA – Cooperativa Pioneira de Eletrificação por Edital de Convocação que foi publicado na página 08 do Jornal da Manhã do dia 18 de fevereiro de 2011; na página 08 do jornal A Tribuna do dia 18 de fevereiro de 2011; divulgado nas rádios Eldorado, Onda Jovem FM, afixado na porta de entrada da sede da COOPERA e divulgado através das contas de energia elétrica do faturamento 02/11, nos seguintes termos: EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. EDILSON MEDEIROS, Presidente em exercício da Cooperativa Pioneira de Eletrificação, no uso das atribuições que confere o inciso V do artigo 43 do Estatuto Social, convoca os Senhores Associados para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA à realizar-se no dia 11 de março de 2011, tendo como local o Auditório Alfredo Michels, localizado na sua sede social, na Avenida 25 de Julho, nº. 2.736, centro, na Cidade e Comarca de Forquilha, Estado de SC, a ter início às 17h, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; às 18h, em segunda convocação, com a presença da metade mais 1 (um) dos associados e, às 19h, em terceira e última convocação, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, para tratar da seguinte ORDEM DO DIA: 1º. - Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal, referente o exercício de 2010, compreendendo: a) Relatório da gestão da Diretoria do exercício de 2010; b) Balanço Patrimonial e de resultados de 2010; c) Demonstrativo das Sobras e Perdas apuradas em 2010; d) Parecer do Conselho Fiscal. 2º. - Destinação das Sobras/Perdas apuradas no exercício de 2010. 3º. - Plano de metas para o exercício de 2011, compreendendo: a) Área social; b) Investimentos em redes de distribuição; c) Investimentos em insumos para tecnologia da informação (TI). d) Investimentos em capacitação profissional; e) Investimentos na construção de almoxarifado e sede nova; f) Investimentos nova subestação de 69 kV no Caravaggio. g) Plano de aplicação para utilização do FATES. 4º. - Autorização para o Conselho de Administração dar bens móveis e imóveis em garantia junto a entidades financeiras sobre os financiamentos para capital de giro ou investimentos. 5º. - Autorização para o Conselho de Administração vender bens móveis e imóveis. 6º. - Fixar honorário do Presidente e Cédula de Presença das reuniões dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. 7º. - Eleição e Posse do Conselho Fiscal. 8º. - Assuntos Gerais. OBSERVAÇÕES: 1) Para efeito do cálculo de *quorum* a Cooperativa possui 19.411 (dezenove mil, quatrocentos e onze) associados até a presente data. 2) Os associados interessados em concorrer aos cargos eletivos descritos no item 7º deste Edital deverão apresentar os seus nomes em forma de chapa, descrevendo-os de acordo com os cargos existentes, obedecidos o Estatuto Social e as demais disposições legais, até às 17h30min do dia 04 de março de 2011, na sede da Cooperativa. 3) Para ter direito a voto o associado deverá estar rigorosamente em dia com suas obrigações com a Cooperativa até às 24h do dia 08 de fevereiro de 2011. 4) A votação será realizada no dia 12 de março de 2011

com início às 09h e término às 16h, tendo os seguintes locais de votação: Município de Forquilha: Colégio Sagrada Família, sito na rua João José Back, nº. 370 - centro – Forquilha – SC. Localidades votantes no Município de Forquilha: Centro e Bairros: Clarissa, Barra da Sanga, Cidade Alta, Faxinal, Jardim Montevideo, Linha Eyng, Loteamento Mariza, Mãe Luzia, Morro Comprido, Nova York, Ouro Negro, Pique do Cedro, Sanga do Café, Sanga do Engenho, Santa Ana, Santa Clara, Santa Cruz, Santa Isabel, Santa Libera, Santa Rosa, Santa Terezinha, São Gabriel, São Jorge, São José (Verdinho), Taquaras, Vila Franca, Vila Lourdes, Bairro Saturno, Sangão, São Defende, São Roque e São Sebastião. Município de Criciúma: Escola Básica João Dagostim, sito na rodovia Luiz Rosso, km 11, Bairro Quarta Linha – Criciúma – SC. Localidades votantes no Município de Criciúma: Bairros: Capão Bonito, Morro Estevão, Primeira Linha, Quarta Linha, São Domingos, Verdinho, Espigão da Toca, São João e Jardim das Paineiras. Município de Nova Veneza: E. E. B. Julieta Torres Gonçalves, sito na rua Antonio Michels, s/nº., Distrito de São Bento Baixo – Nova Veneza – SC. Localidades votantes no Município de Nova Veneza: Bairros: Araçá, Caravaggio, Jardim Florença, Linha de Matia, Linha Marangoni, Linha Reta, Minerva, Nossa Senhora de Lourdes, Núcleo Gava, Picadão, Rio Cedro Alto, Rio Cedro Médio, Sanga Curta, São Bento Alto, São Bento Baixo, São Bonifácio, São Francisco, São José (Nova Veneza), Vila Maria e Vila Santa Catarina. Em caso de existir uma única chapa concorrente aos cargos descritos no item 7º. deste Edital, a votação poderá ser realizada por aclamação, a critério da Assembléia Geral Ordinária no dia da sua instalação. No dia da votação a que se refere o item 7º. da ordem do dia, para exercer o direito de voto, o associado deverá apresentar-se à mesa de votação, munido de documento de identidade com fotografia. Forquilha - SC, 17 de fevereiro de 2011. EDILSON MEDEIROS, Presidente em exercício. O Presidente Carlos Alberto Arns deu início aos trabalhos às 19h, sendo em terceira e última convocação com a presença de 57 (cinquenta e sete associados), em face de não haver *quorum* nas convocações anteriores. Inicialmente convidou para compor a mesa, o Sr. Edilson Medeiros, Vice-Presidente; Sr. Walmir João Rampinelli, 1º. Secretário; Sr. Rogério Braz Feller, Gerente geral; Sra. Estela Maria Wesler Martinhago, contadora; Sr. Gilnei de Souza Carvalho, auditor independente representante da empresa Audiconsult Auditores; o advogado Tito Lívio de Assis Góes, assessor jurídico e a Sra. Maria de Lourdes Nola, secretária executiva. O Sr. Presidente passou a palavra ao 1º. Secretário para que o mesmo procedesse a leitura do Edital de Convocação acima transcrito. Após a leitura, passou a tratar do **item 1º** do edital, onde trata da prestação de contas dos órgãos de administração onde solicitou ao Sr. Rogério Bráz Feller, para fazer a leitura e apresentação do relatório da gestão da Diretoria do exercício de 2010. No ato seguinte, o Sr. Presidente convidou a contadora Estela Maria Wesler Martinhago para fazer a leitura e apresentação do Balanço Patrimonial e de resultados de 2010 nos seguintes valores: Ativo Circulante: R\$ 29.105.282,31 (vinte e nove milhões, cento e cinco mil, duzentos e oitenta e dois reais e trinta e um centavos); Ativo Não Circulante: R\$ 42.798.009,73 (quarenta e dois milhões, setecentos e noventa e oito mil, nove reais e setenta e três centavos); Total do Ativo: R\$ 71.903.292,04 (setenta e um milhões, novecentos e três mil, duzentos e noventa e dois reais e quatro centavos); Passivo Circulante: R\$ 8.071.324,32 (oito milhões, setenta e um mil, trezentos e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos); Passivo Não Circulante: R\$ 5.872.562,27 (cinco milhões, oitocentos e setenta e dois mil, quinhentos e sessenta e dois reais e vinte e sete

centavos); Patrimônio Líquido R\$ 57.959.405,45 (cinquenta e sete milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e cinco centavos); Total do Passivo: R\$ 71.903.292,04 (setenta e um milhões, novecentos e três mil, duzentos e noventa e dois reais e quatro centavos); Ato contínuo apresentou o demonstrativo das sobras apuradas em 2010, como segue: Receita Operacional R\$ 51.406.411,33 (cinquenta e um milhões, quatrocentos e seis mil, quatrocentos e onze reais e trinta e três centavos); Receita Operacional Líquida: R\$ 37.074.744,05 (trinta e sete milhões, setenta e quatro mil, setecentos e quarenta e quatro reais e cinco centavos); Resultado Operacional Bruto: R\$ 19.932.842,55 (dezenove milhões, novecentos e trinta e dois mil, oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos); Resultado do Serviço: R\$ 13.421.182,81 (treze milhões, quatrocentos e vinte e um mil, cento e oitenta e dois reais e oitenta e um centavos); Resultado Antes do IRPJ e CSLL: R\$ 14.841.002,11 (quatorze milhões, oitocentos e quarenta e um mil, dois reais e onze centavos); Resultado Líquido do Exercício: R\$ 14.390.482,85 (quatorze milhões, trezentos e noventa mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos). Após, o Sr. Presidente convidou o Sr. Deral Paulo da Rosa, 3º Conselheiro Efetivo do Conselho Fiscal para que procedesse a leitura do parecer do Conselho Fiscal da Cooperativa Pioneira de Eletrificação, nos seguintes termos: Parecer do Conselho Fiscal. Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa Pioneira de Eletrificação, os senhores Antonio Mazzucco, Gilmar Medeiros Campos e Dereal Paulo da Rosa, reuniram-se para examinar e apreciar o seguinte: Balanço Patrimonial; Contas de Sobras e Perdas; Documentos Estatísticos e demais documentos, compreendendo entre primeiro de janeiro e trinta e um de dezembro do ano de 2010, bem como o relatório da Diretoria. Depois de procedido ao exame detalhado das contas e demonstrativos, resolveram emitir o seguinte parecer: “Em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi conferido, declaramos que após minucioso exame de caixa, contas a pagar, conciliação bancária, balanço patrimonial, contas de sobras e perdas, contabilidade, almoxarifado e demais documentos. Ainda baseado nas reuniões regulamentares efetuadas até a presente data, nas quais tomados conhecimento de todos os atos praticados, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem e em vista da realização da Assembléia Geral Ordinária marcada para o dia 11 de março de 2011, cujo edital de convocação já foi divulgado dentro do prazo previsto pelo Estatuto Social da Cooperativa Pioneira de Eletrificação, somos de parecer favorável no sentido de que sejam aprovadas as contas pela Assembléia Geral Ordinária.” Reiteramos que em virtude de a mesma ter se tornado permissionária e por conseqüência ter suas sobras líquidas reduzidas no futuro, sugerimos que se mantenham os convênios, e com relação aos ofícios de doações que se definam critérios, sendo que os mesmos sejam aprovados pela Assembléia Geral dos Associados. Constatamos a preocupação da COOPERA sobre a geração de energia, conforme informações de seus técnicos isso é possível, sugerimos que se busque incessantemente essa inovação para que a COOPERA continue proporcionando aos seus associados serviços de qualidade e obtendo preços competitivos mantendo assim a saúde financeira da Cooperativa. Em seguida, o senhor Presidente convidou o Sr. Gilnei de Souza Carvalho, auditor independente, representante da Audiconsult para fazer a leitura do parecer dos auditores independentes, nos seguintes termos: **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**. Aos Diretores, Conselheiros e Associados da

COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO – COOPERA - Forquilha – SC. Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis A administração da COOPERA, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante. Responsabilidade dos auditores independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da COOPERA, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da COOPERA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERA, em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. São José (SC), 25 de fevereiro de 2011. Hermenegildo João Vanoni da AUDICONSULT Auditores S/S Contador – CRC-SC 14.874/O-7 Registro: CRC-SC 4.012”. O Senhor Presidente solicitou que a Assembléia fizesse a indicação de um associado para presidir a Assembléia, durante a discussão e votação da aprovação da prestação de contas, tendo sido indicado o Sr. Ademir José Honorato, que colocou a matéria em discussão e como não houve nenhuma manifestação, procedeu à votação, cumprindo o estabelecido no edital, que foi aprovado por unanimidade. Passou a ser tratado o **item 2º** do edital, destinação das sobras/perdas apuradas no exercício de 2010, apresentado pela Sra. Estela Maria Wesler Martinhago, contadora. As sobras líquidas à disposição da AGO atingiu o valor de R\$ 4.275.744,97 (quatro milhões, duzentos e setenta e cinco mil, setecentos e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos). O Sr. Presidente colocou o assunto em discussão e disse que como sugestão do Conselho de Administração as sobras sejam distribuídas aos associados na

proporção do consumo de energia elétrica em reais no ano de 2010. Após discussão e em não havendo nenhuma manifestação, procedeu a votação, tendo sido aprovada por unanimidade a destinação do valor de R\$ 4.275.744,97 (quatro milhões, duzentos e setenta e cinco mil, setecentos e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos), através da fatura de energia elétrica. O Sr. Presidente passou a palavra à Sra. Estela Maria Wesler Martinhago para apresentação da realização do Fundo de Manutenção, Ampliação e Melhoria no valor de R\$ 891.537,02 (oitocentos e noventa e um mil, quinhentos e trinta e sete reais e dois centavos). O Sr. Presidente colocou o assunto em discussão, orientando que como descrito no § 4º. do artigo 50 do Estatuto Social da COOPERA que “O Fundo de Manutenção, Ampliação e Melhoria destina-se a assegurar aplicação de recursos na manutenção das redes de distribuição existentes e na sua ampliação, representado por despesas ou inversões. Como forma de realização, será adotada o percentual resultante da despesa de depreciação sobre as redes de distribuição no exercício e o seu resultado destinado ao aumento de capital social, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral. Após discussão e em não havendo nenhuma manifestação, procedeu à votação, cumprindo o estabelecido no Edital, tendo sido aprovado por unanimidade com a destinação do valor de R\$ 891.537,02 (oitocentos e noventa e um mil, quinhentos e trinta e sete reais e dois centavos), para o aumento do capital social. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. Rogério Bráz Feller, para que o mesmo apresentasse o **item 3º** do edital que trata sobre o Plano de metas para o exercício de 2011, compreendendo: a) Área social, R\$ 141.100,00 (cento e quarenta e um mil e cem reais); b) Investimentos em redes de distribuição, R\$ 4.386.000,00 (quatro milhões, trezentos e oitenta e seis mil reais); c) Investimentos em insumos para tecnologia da informação (TI), R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); d) Investimentos em capacitação profissional, R\$ 56.040,00 (cinquenta e seis mil e quarenta reais); e) Investimentos na construção do almoxarifado e sede nova, R\$ 3.740.000,00 (três milhões, setecentos e quarenta mil reais); f) Investimento nova subestação de 69kV no Caravággio, R\$ 12.950.000,00 (doze milhões, novecentos e cinquenta mil); g) Plano de aplicação para utilização do FATES, R\$ 850.623,80 (oitocentos e cinquenta mil, seiscentos e vinte e três reais e oitenta centavos). Foi solicitado a Assembléia que autorizasse o Conselho de Administração da COOPERA para que utilize o valor durante o exercício de 2011. O Sr. Presidente colocou a matéria em discussão e como não houve nenhuma manifestação, procedeu a votação cumprindo o estabelecido no edital, tendo sido aprovado por unanimidade. Passou a ser tratado o **item 4º** do edital que trata sobre autorização para o Conselho de Administração dar bens móveis e imóveis em garantia junto a entidades financeiras sobre os financiamentos para capital de giro ou investimentos. O Sr. Presidente apresentou o assunto e colocou a matéria em votação cumprindo o estabelecido no edital, tendo sido aprovado por unanimidade. Passou a ser tratado o **item 5º** do edital que trata sobre Autorização para o Conselho de Administração vender bens móveis e imóveis. O Sr. Presidente colocou a matéria em discussão e como não houve nenhuma manifestação, procedeu a votação cumprindo o estabelecido no edital, tendo sido aprovado por unanimidade. Passou a ser tratado o **item 6º** que trata da fixação dos honorários do presidente e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. O Senhor Presidente solicitou que a Assembléia fizesse a indicação de um associado para presidir a discussão e votação dos honorários do presidente, que atualmente é de R\$ 11.000,00 (onze

mil reais) mensais. Foi indicado o Sr. Ademir José Honorato, que colocou a matéria em discussão. O Sr. Marcos Aurélio Spilere sugeriu que os honorários do Presidente fossem aumentados para R\$ 12.000,00 (doze mil reais). O Sr. Vanir Dagostim sugeriu o valor dos honorários em de R\$ 13.625.00. O Sr. Ademir José Honorato, colocou os 02 valores em votação e foi aprovado por maior número de votos o valor de R\$ R\$ 13.625.00 (treze mil, seiscentos e vinte e cinco reais) mensais. Na seqüência, o Sr. Presidente explanou sobre a cédula de presença dos membros do conselho de administração e fiscal nas reuniões ordinárias que atualmente é de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) para as reuniões ordinárias e 20% deste mesmo valor para as reuniões extraordinárias. Houveram as seguintes sugestões conforme segue: 1) O Sr. Vanir Dagostim sugeriu que o valor da cédula de presença dos Conselheiros passe a ser de R\$ 800,00 (oitocentos reais). O Sr. Nelson Dassoler sugeriu o valor equivalente e 1 ½ (um salário e meio) e conforme consenso da Assembléia ficou em oitocentos reais. 2) O Sr. Ambrosio Spilere e o Sr. Jose Luiz Back sugeriram R\$ 700,00 (setecentos reais). 3) O Sr. José Volnei Brugnoli sugeriu R\$ 600,00 (seiscentos reais). 4) O Sr. Enivaldo José Gava sugeriu o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais). O Sr. Presidente colocou em votação e houve a seguinte votação: item 1) 21 votos. Item 2) 10 votos. Item 03) 04 votos. Item 04) não houve votação. Foi aprovado por maior numero de votos o valor de R\$ 800,00 para as reuniões ordinárias e 20% deste mesmo valor para as reuniões extraordinárias. Após passou a ser tratado o **item 7º** do edital, que trata da eleição e posse do Conselho Fiscal. O Sr. Presidente informou que somente uma chapa se inscreveu para concorrer a eleição, sendo composta dos seguintes membros: Conselho Fiscal - Efetivos: 1º) Néri Mario da Rosa, brasileiro, autônomo, casado, portador da C.I. 1.216.382-1/SSP/SC, do CPF nº. 454.031.479-34 residente e domiciliado na rodovia Gabriel Arns, 5082, bairro Saturno, Forquilha/SC; 2º) Ângela Liria Donida Polli, brasileira, aposentada, casada, portadora da C.I. nº. 5.229.816-7/SSP/SC, do CPF nº. 284.551.930-34, residente e domiciliado na rua Luiz Premoli, 181, bairro Santa Ana, Forquilha/SC; 3º) Eloir Gomes, brasileiro, técnico agrícola, casado, portador da C.I. nº. 1.530.504/SSP/SC, do CPF nº. 501.853.579-20, residente e domiciliado na rodovia Antonio Valmor Canela, 990, bairro Santa Izabel, Forquilha/SC; Suplentes: 1º) Jerri Adriani Elias, brasileiro, mineiro, casado, portador da C.I. nº. 326660-6/SSP/SC, do CPF nº. 702.987.349-15, residente e domiciliado na rua Francisco Ronchi, 525, bairro Ouro Negro, Forquilha/SC; 2º) Antonio Mazzucco, brasileiro, agricultor, casado, portador da C.I. 15R.258.989/SSP/SC, do CPF nº. 178.766.569-00 residente e domiciliado na rua Geral, s/nº, São Francisco, Nova Veneza/SC; 3º) Waldemar Rosso, brasileiro, comerciante, casado, portador da C.I. nº. 163.687-1/SSP/SC, do CPF nº. 029.283.619-87, residente e domiciliado na rua João Rosso, nº. 678, bairro Quarta Linha, Criciúma/SC. Registra-se, ainda, que os membros do Conselho Fiscal declararam que não estão impedidos por lei ou condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou crime contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, bem como não são parentes entre si, até o segundo grau em linha reta ou colateral. O Presidente colocou em votação e a Assembléia, considerando ter uma única chapa inscrita, deliberou em realizar a votação por aclamação, tendo, ato seguinte, sido aclamados eleitos por unanimidade e empossados. Ato contínuo passou o Senhor Presidente a tratar do **item 8º** do edital referente aos assuntos gerais. O Sr. Ambrósio Spilere, perguntou ao Sr.

Presidente se já haviam encontrado o terreno para a instalação da subestação Caravaggio. O Sr. Presidente disse que já haviam sinalizado um local mas que não havia nada concretizado. O Sr. Rogério Dagostim agradeceu a direção e funcionários pelo bom resultado financeiro apresentado e lembrou da necessidade de investimento em geração de energia elétrica. O Sr. Presidente enfatizou a necessidade deste investimento para reduzir perdas, prevenir-se com a escassez de recursos geradores de energia elétrica e para podermos atender melhor os consumidores. O Sr. Ademir José Honorato parabenizou a direção pela idéia da distribuição das sobras. O Sr. Guido Búrigo, representante da Industria Metalúrgica Santa Líbera, e disse que a empresa tem confiança no abastecimento de energia elétrica por parte da COOPERA. Fez comparativo com outras empresas de fornecimento de energia elétrica e parabenizou a todos os diretores e funcionários pelo bom desempenho. O Sr. Marcos Aurélio Spilere, também cumprimentou a direção pelo bom desempenho financeiro. E, em não havendo mais manifestação, e por não ter mais nada a tratar foi encerrada a Assembléia tendo o Senhor Presidente agradecido à presença de todos e dos membros do Conselho Fiscal que fizeram parte da gestão anterior. Eu, _____, Walmir João Rampinelli, lavrei a presente ata que vai por mim assinada, pelo Presidente da Cooperativa Pioneira de Eletrificação, pelo Conselho Fiscal empossado, juntamente com os sócios indicados pela Assembléia a seguir nominados: os senhores: Jose Volnei Brugnoli, José Luis Back, João Batista Spilere, Rosane Gava Padoin, Dionísio Spilere, Ind. Met. Santa Libera Ltda (Guido Burigo), Jucemar Minatto, Enivaldo Jose Gava, Sidnei Minatto, Vanir Dagostim. Essa ata foi processada por meio eletrônico. Forquilha, 11 de março de 2011.

Carlos Alberto Arns
Presidente

Walmir João Rampinelli
1º Secretário

Conselho Fiscal:

Efetivos:

Neri Mario da Rosa

Ângela Liria Donida Polli

Eloir Gomes

Suplentes:

Antonio Mazzucco

Waldemar Rosso

Associados:

José Volnei Brugnoli

José Luiz Back

João Batista Spilere

Rosane Gava Padoin

Dionísio Spilere

Ind.Met.Santa Libera Ltda
(repres.p/Dir. Guido Búrigo)

Jucemar Minatto

Enivaldo Jose Gava

Sidnei Minatto

Vanir Dagostim

Tito Lívio de Assis Góes
OAB/SC 3280